

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
CURSO DE DIREITO

Damiane Silvana Dzielinski

A ARBITRAGEM NOS CONFLITOS DESPORTIVOS: UM ESTUDO A PARTIR
DA CORTE/TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE (CAS/TAS)

Santa Cruz do Sul
2022

Damiane Silvana Dzielinski

**A ARBITRAGEM NOS CONFLITOS DESPORTIVOS: UM ESTUDO A PARTIR
DA CORTE/TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE (CAS/TAS)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de
Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul para
obtenção do título de Bacharel em Direito.
Orientadora: Prof^a. Dra. Fabiana Marion Spengler

Santa Cruz do Sul
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até este momento de conclusão do curso. Agradeço a minha família, aos meus pais Silvia e Luiz e aos irmãos Felipe e Fernando por todo o apoio prestado até aqui. Também agradeço a minha orientadora, Fabiana, pelo empenho e auxílio na elaboração deste trabalho. A todos aqueles que torceram por mim durante esta caminhada meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho monográfico visa analisar o sistema jurídico-desportivo em sua totalidade, desde as instâncias ordinárias, como a Justiça Desportiva, até se chegar ao Tribunal Arbitral do Esporte (TAS), sediado na Suíça, culminando com a análise de um estudo de caso. O enfoque principal é a análise da resolução dos conflitos relacionados de modo direto ou indireto com o desporto pela arbitragem na Corte/Tribunal Arbitral do Esporte, que detém competência para tanto. Este trabalho de conclusão de curso possui como objetivo geral elucidar a resolução dos conflitos desportivos pela via arbitral no TAS. O método de pesquisa foi o dedutivo e a técnica de pesquisa a bibliográfica. O problema que norteia a pesquisa é: como atua o Tribunal Arbitral do Esporte na resolução dos conflitos desportivos pela arbitragem? Ao final, constatou-se que o TAS é uma instituição autônoma, que atua com independência e imparcialidade e fora de qualquer interferência, seja ela estatal ou não. Considerando a sentença que foi objeto do estudo de caso, verifica-se que o TAS profere sentenças fundamentadas com base em vários regramentos, como os princípios gerais do direito, do direito suíço e normativas e regulamentos de federações nacionais. Ademais, possui a função de uniformizar a ordem jurídico-desportiva global, ou seja, a *Lex sportiva*. Além da função contenciosa, o TAS também atua na função consultiva, emitindo pareceres a quem solicita. Portanto, exerce o papel de Supremo Tribunal Federal do Esporte, em âmbito global, resolvendo satisfatoriamente os conflitos a ele submetidos.

Palavras-chave: Arbitragem. Conflito. Desporto. *Lex sportiva*. Tribunal Arbitral do Esporte.

ABSTRACT

The present monographic work aims to analyze the sports legal system in its entirety, from the ordinary instances, such as the Sports Justice, to the Court of Arbitration for Sport (TAS/CAS), based in Switzerland, culminating in the analysis of a case study. The main focus is the analysis of the resolution of conflicts directly or indirectly related to the sport by arbitration in the Court/Court of Arbitration for Sport, which has jurisdiction to do so. This course conclusion work has the general objective of elucidating the resolution of sports conflicts through arbitration in the TAS. The research method was the deductive and the bibliographic research technique. The problem that guides the research is: how does the Court of Arbitration for Sport act in the resolution of sports conflicts through arbitration? In the end, it was found that the TAS is an autonomous institution, which acts independently and impartially and outside of any interference, whether state or not. Considering the sentence that was the object of the case study, it appears that the CAS makes sentences based on various rules, such as general principles of law, Swiss law, and regulations and regulations of national federations. In addition, it has the function of standardizing the global legal-sports order, that is, the Lex Sportiva. In addition to the contentious function, the TAS also acts in an advisory role, issuing opinions to those who request it. Therefore, it plays the role of the Federal Supreme Court of Sport, at a global level, satisfactorily resolving the conflicts submitted to it.

Keywords: Arbitration. Conflict. Sport. Sportive lex. Court of Arbitration for Sport.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	O DESPORTO	08
2.1	O Direito Desportivo	12
2.2	A Justiça Desportiva	16
2.3	O Acesso à Justiça no Direito Desportivo	20
3	RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS.....	25
3.1	A Arbitragem.....	27
3.2	Arbitragem no Âmbito Desportivo	31
3.3	A Câmara Nacional de Resolução de Disputas	34
4	O TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE E SUA ATUAÇÃO	39
4.1	Breve Panorama	41
4.2	Estrutura e Funcionamento.....	42
4.3	Estudo de Caso	46
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

O desporto além de ser uma paixão nacional movimenta significativamente a economia do Brasil e do mundo. A Justiça Desportiva possui natureza “*sui generis*”, pois não faz parte do Poder Judiciário. Ademais, ela configura-se como uma exceção ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Na Justiça Desportiva prima-se pela resolução dos conflitos fora da jurisdição estatal. Nesse passo, em 2016 a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) criou a Câmara Nacional de Resolução de Disputas (CNRD) a fim de oferecer outros meios para a solução dos conflitos. Por fim, em grau de recurso, como última instância, há o Tribunal Arbitral do Esporte, que funciona como a Suprema Corte do Esporte.

O Tribunal Arbitral do Esporte TAS aplica a arbitragem e a mediação na resolução dos conflitos, sendo a instância máxima a nível global de uma ordem jurídica não estatal. Por muito tempo sofreu críticas por sua atuação. Considerando todo o exposto, o problema que irá nortear a pesquisa é: como atua o Tribunal Arbitral do Esporte na resolução dos conflitos desportivos pela arbitragem?

O tema escolhido se deve a relevância do esporte considerando que ele movimenta significativamente a economia nacional e internacional. Ademais, destaca-se a investigação do tema pelo caráter “*sui generis*” da Justiça Desportiva Brasileira, visto que ela não integra o Poder Judiciário e prevê uma exceção ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, conforme extrai-se da leitura do artigo 217 parágrafos 1º e 2º da Constituição Federal de 1988.

Nessa linha, o Estatuto da Federação Internacional de Futebol (FIFA), no artigo 59.2, prevê a vedação de ingresso nas instâncias ordinárias bem como o da Confederação Brasileira de Futebol, que no artigo 12, XLV, impõe a priorização da mediação e da arbitragem nos como meio de resolução de disputas.

Em 2016, foi instituída pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a Câmara Nacional de Resolução de Disputas (CNRD) que aplica a mediação e arbitragem às disputas desportivas. Diante disso, torna-se imperiosa a investigação de como a arbitragem trata os conflitos desportivos, dando ênfase ao funcionamento do alcunhado “Supremo Tribunal Federal do Esporte”, ou seja, o Tribunal/Corte Arbitral do Esporte (CAS/TAS).

Este trabalho objetiva demonstrar as peculiaridades do universo desportivo, que inclui todo o seu funcionamento até se chegar na instância máxima, que é o Tribunal

Arbitral do Esporte. Ao final, será feito um estudo de caso, em que se analisará uma sentença proferida pelo TAS, verificando como é feito o julgamento, a escolha do árbitro e a fundamentação, além de observar os demais elementos presentes no caso.

2 O DESPORTO

O desporto está presente na humanidade desde os primórdios, haja vista que a sua prática remonta a momentos históricos, sendo que nem sempre teve o intuito de entretenimento. Apesar de não haver um registro preciso de quando ele teve início, Zainaghi (1998) relata que se tem informações de que as práticas desportivas já existiam antes mesmo de Cristo, muitas vezes com intuito religioso, nas civilizações primitivas, como maias, incas e egípcios.

Já na Grécia Antiga, as práticas desportivas ganharam destaque, com as competições públicas que visavam a preparação dos jovens para a vida militar e religiosa. Enquanto que em Roma, as disputas tinham como escopo preparar gladiadores para o entretenimento da plebe com os espetáculos circenses (LYRA FILHO, 1973).

Para Tubino (2010) os jogos olímpicos celebrados na Grécia Antiga, em Olímpia, eram a principal manifestação esportiva de toda a Antiguidade. Eram realizadas provas de diversas modalidades esportivas, como corrida de estádio, corrida do duplo estádio, corrida de fundo, luta, pentatlo, corrida das quadrigas, pancrácios corrida de cavalos montados, corrida com armas, corrida de bigas e pugilato.

Nolasco (2001) explana que o desporto moderno resulta de um processo que ele chama de desportivização, o qual ocorreu nos séculos XVIII e XIX. Esse processo, foi responsável por implementar uma forma de maior organização das práticas desportivas, dando azo ao esporte, com regras e sistemas a serem respeitados, como se constata hodiernamente.

Praticado desde os primórdios, o desporto atualmente apresenta-se como um fenômeno social global, pois está presente em todas as culturas, atingindo todas partes do globo. Fomenta-se a sua prática devido as questões de saúde, conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria (2008), os benefícios de uma vida saudável, com atividades físicas regulares, podem ser vistos imediatamente ou a longo prazo, como por exemplo, o controle de peso, a melhora da capacidade cardiorrespiratória e o bem-estar psicossocial.

Nessa linha, Carvalho *et al.* (1996) tece uma importante consideração acerca da prática de atividades físicas regulares. Segundo ele, tal fator reflete diretamente no erário, visto que surte efeitos na saúde pública, com forte impacto na redução dos

custos com tratamentos, inclusive hospitalares, uma das razões de seus consideráveis benefícios sociais.

Além disso, o desporto impacta diretamente na formação social dos indivíduos, principalmente na infância e na adolescência. Silva (2017) assevera que o desporto é extremamente benéfico na vida dos infantes, caracterizando-se como um fator diferencial no desenvolvimento corporal e psicológico. Pelo desporto estimula-se sentimentos que integram o cerne da psique humana, tais como a fraternidade, o respeito e a liderança.

O desporto, fiel aos seus valores e a sua missão humanista, é parte integrante do processo de educação permanente, além de instrumento de paz, do desenvolvimento, da solidariedade, do respeito pelos direitos humanos e do entendimento internacional (MELO FILHO, 2001, p. 19).

Ainda, deve-se ressaltar o a união que o desporto proporciona. Nesse ponto, Melo Filho (2000) sustenta que quando se joga ou se compete, as diferenças socioculturais desaparecem, pois nos campos e quadras desportivas, não há distinção de classes, como por exemplo, o banqueiro do bancário ou o aristocrata do trabalhador.

Na mesma toada, insere-se ainda que, quando os seres humanos estão na condição de torcedores, não há distinção de raça, etnia, cor, classe social ou gênero dentre eles. Isso porque eles formam um grupo de indivíduos ligados por um interesse em comum: o apreço por determinado clube ou equipe. Tal fenômeno age como um fator de integração social, pois proporciona a reunião de diferentes grupos sociais, que por questões econômicas, raciais, culturais, religiosas ou nacionais, unindo na mesma condição em torno do mesmo interesse e objetivo (VARGAS *et al.*, 2017).

Silva (2017) aponta o desporto como uma necessidade social no mundo contemporâneo, tanto de maneira direta e ativa quanto de forma passiva, enquanto espectador. Impende refletir sobre os impactos que são ocasionados pelo desporto na formação de crianças e adolescentes. Percebe-se que a matéria carece de atenção por parte do poder público, ante a insuficiência de políticas públicas direcionadas ao fomento e a promoção do desporto.

Além dos pontos citados, sobre da relevância do desporto, cabe mencionar ainda o seu impacto econômico, visto que a atividade movimenta significativamente a economia mundial. A revista americana Forbes publicou uma pesquisa divulgando

quais os atletas mais bem pagos. Nota-se que é um segmento econômico altamente rentável.

A fim de ilustrar como o desporto aquece a economia, destaca-se alguns atletas da lista publicada pela Forbes. O atleta que aufer a maior renda anual, é o lutador, Conor McGregor, 180 milhões de dólares. Seguido pelo jogador argentino, Lionel Messi, com uma renda de 130 milhões de dólares por ano. Cristiano Ronaldo aufer 120 milhões de dólares por ano. O jogador brasileiro, Neymar, aparece na 6ª posição, com 95 milhões de dólares (KNIGHT, 2021).

O relatório divulgado pela Confederação Brasileira de Futebol em 2019, denominado Impacto do Futebol Brasileiro, evidencia relevantes informações acerca da atividade desportiva no Brasil. Ele aponta que o futebol movimentou um total de R\$ 52,9 bilhões na economia do país em 2018, o que representou 0,72% do total do Produto Interno Bruto brasileiro, sendo 37,8 milhões de efeitos indiretos (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019).

Embora o desporto apresente-se como uma área de grande relevância em vários segmentos, percebe-se que no campo acadêmico ele não era objeto de estudo (JACINTO; MALTA, 1993). A afirmação dos autores condiz com a época em que o texto em referência foi produzido. Porém, em contrapartida, verifica-se atualmente outra realidade, na qual o desporto é alvo de estudos, debates acadêmicos e pesquisas científicas. Para Falcón (2010) atualmente constata-se facilmente a proliferação de artigos e livros que versam sobre os distintos aspectos do esporte, tanto da sua regulamentação quanto dos seus efeitos jurídicos.

Nesse sentido, nos Estados Unidos, existem programas de pós-graduação focados especificamente no desporto, que englobam a área de negócios, administrativa, consultiva e até mesmo jurídica, como por exemplo, o programa de PhD em Gestão do Esporte na Universidade do Michigan (2021) e o mestrado em Direito Desportivo na Universidade de Miami (2021).

No Brasil, o esporte não era tratado como uma demanda autônoma, visto que até a promulgação da Constituição Federal de 1988 era atrelado à educação. Todavia, com o advento da CF, o lazer passou a ser considerado direito social, incluído no artigo 6º. O esporte por se caracterizar como uma forma de lazer também está inserido no rol de direitos sociais (WRASSE; DZIELINSKI, 2021).

Destaca-se que, infelizmente, a área do Direito que versa sobre matérias desportivas não integra a grade curricular dos cursos de nível superior no Brasil. Em muitas instituições de ensino a disciplina é ofertada como optativa, assim, o acadêmico pode cursá-la de acordo com a sua conveniência (RAMOS; MIZUTORI, 2021). Nesse ponto, para quem deseja trabalhar no ramo, existe a oferta de especializações em Direito Desportivo.

Ademais, impende diferir dois termos, esporte e desporto, os quais são empregados frequentemente como sinônimos, no entanto, possuem significados disintos. Apesar do dicionário Luft (2007, p. 298), englobá-los dentro de um mesmo conceito, “esporte s.m. 1. Prática metódica de exercícios físicos; desporto. 2. Divertimento; distração”, a doutrina, por sua vez, converge para outro entendimento. Coelho (2020) conceitua esporte como atividade lúdica, informal e com flexibilidade regrativa e que dispensa regras. Enquanto que o desporto busca a sistematização, é formal, rígido e possui regras que o norteiam.

Nessa linha, o esporte está associado à modalidade praticada, enquanto que o desporto é mais abrangente, pois é a atividade humana da qual se exige esforço físico e que segue um conjunto de regras específicas. Acrescenta ainda que o desporto é essencialmente caracterizado por três elementos, os quais são: a competição, a imprevisibilidade e a observância a determinadas regras (WAMBIER, 2016).

Feita essa importante diferenciação, vale apontar o entendimento de Soares *et al.* (2016), que explana sobre um conceito mais abrangente do desporto, destacando que ele configura-se como um instrumento para adquirir e melhorar as capacidades físicas e técnicas de um indivíduo, além de contribuir para o desenvolvimento da educação, da socialização, da satisfação e da motivação do indivíduo.

Com o passar do tempo, organizou-se a estrutura desportiva, ganhando mais visibilidade com a propagação pela mídia e surgindo as entidades dirigentes. De forma que o desporto tornou-se uma realidade mundial, especializando-se como ramo do direito, ultrapassando barreiras e atraindo a admiração de todos aqueles que o praticam e exercem na vida profissional (NEVES, 2005).

Neste item explanou-se acerca da importância do desporto, não só econômica, mas também cultural, social e psíquica. Outrossim, traçou-se diferenciações entre os termos esporte e desporto, conceituando-os e trazendo o entendimento de autores que trabalham com o tema.

2.1 O Direito Desportivo

Há várias asserções acerca do início da existência do Direito Desportivo. Convém citar a afirmação de Souza (2014), o qual sustenta que ele foi proclamado em 1930, na França, pelo professor da faculdade de Direito e advogado da Corte de Toulouse, Jean Loup. A partir disso, a matéria passou por muitas modificações até chegar aos contornos que possui hoje, sendo uma área autônoma no Direito e com regulamentação própria, como se verificará a seguir.

Nesse sentido, cabe mencionar que a matéria afigura-se como um “ramo do Direito Positivo que regula as relações desportivas, assim entendidas aquelas formadas pelas regras e normas internacionais e nacionais estabelecidas para cada modalidade [...]” (DECAT, 2012, p. 111). Para Melo Filho (2006, p. 6), uma das maiores referências na área:

[...] o Direito Desportivo configura-se como ramo jurídico catalizador de expectativas e experiências sócio-político-educacional-econômicas, no plano desportivo, compatibilizando-as com o *ius singulare* que condensa normas de organização, normas de conduta, normas substantivas e normas processuais a par de albergar fatos, valências, especificidades e relações jurídico-desportivas.

Avançando para os pontos característicos da matéria, o Direito Desportivo é uma matéria dotada de autonomia devido a sua relevância social, autonomia didático-científica, possui princípios próprios, além de categorias homogêneas e detém plena autonomia legislativa. Ademais, a matéria possui natureza híbrida, haja vista que é pública quando trata da dimensão social e privada quando disciplina a dimensão de rendimento (FACHADA, 2017).

Para Souza (2014), ele constitui um ramo do Direito, com princípios, normas, institutos, fontes e instituições próprias, conforme sinaliza a própria Constituição Federal de 1988 em seu artigo 217, onde estabelece a competência constitucional da Justiça Desportiva. Negar a autonomia da matéria é negar a nossa própria história (FALCÓN, 2010).

Ante a importância do desporto para a sociedade, foi salutar a sua regulamentação que somente se concretizou com a constitucionalização do Direito Desportivo pela Carta Maior de 1988. Vale mencionar que, antes disso, o desporto

não era visto como uma demanda autônoma, pois era uma matéria tratada em conjunto com a educação.

No entanto, conforme visto, com a Constituição Federal de 1988 o lazer passou a ser considerado como um direito social, incluído no rol do artigo 6º. Além disso, passou-se a ter um capítulo específico destinado à matéria desportiva, o qual compreende o artigo 217 e seus respectivos parágrafos.

Por seu turno, a Constituição Federal conferiu *status* constitucional ao Direito Desportivo. Isso demonstra a importância da prática desportiva para os brasileiros bem como o interesse do país pelo desporto, seja na forma de desporto educacional ou até nos esportes de alto-rendimento (BARROS, 2017).

No que tange à competência legislativa do desporto, a Carta Magna de 1988, em seu artigo 24, inciso IX, dispõe que: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; [...]” (BRASIL, 1988, p. 29). Logo, depreende-se que se trata de competência concorrente, sendo assim todos entes federativos podem legislar acerca do desporto.

As leis basilares que regem o Direito Desportivo são a Constituição Federal, a Lei Pelé, o Estatuto do Torcedor, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD e o Código Mundial Antidopping, que são textos principiológicos, os quais trazem normas que devem ser respeitadas por todos que atuam na Justiça Desportiva (SOUZA, 2012).

Pois bem, quanto à matéria infraconstitucional do Direito Desportivo, vale traçar uma breve retrospectiva legislativa que evidencia o tratamento conferido à matéria ao longo das décadas no Brasil. Nota-se que é interessante analisar como o contexto histórico e político interferia no desporto bem como o analisava.

Primeiramente, destaca-se o Decreto-Lei nº 3.199/1941, criado durante o Estado Novo, que visava manter o governo no controle das atividades desportivas. Aopasso que o Estado percebeu que o país era bem afamado internacionalmente no quesito desportivo, passou a exercer maior controle sobre ele (SANT’ANA; SOUZA, 2021). Em virtude do momento político da época, nota-se que tal legislação continha normas que não só limitavam a atuação feminina nos esportes, mas também normas que refletiam a discriminação racial (COELHO, 2020).

“A partir dos anos 70, teve início um movimento mundial que pregava a intervenção mínima do Estado nas questões esportivas” (BARROS, 2017, p. 17).

Então, no calor do momento, foi criada no Brasil a Lei 6.251/1975, almejando uma maior autonomia ao desporto, primando pela independência deste em relação ao Estado. O professor Falcón (2010) leciona que quanto menor a intervenção do Estado, maior a possibilidade do desporto cumprir com os seus objetivos.

Ainda, sobreveio a Lei nº 8.672/1993, conhecida como Lei Zico, instituindo normas gerais sobre o desporto. Posteriormente, foi promulgada a Lei Pelé, nº 9.615/1998, revogando a Lei Zico. Sobre essa norma, Melo Filho (2006, p. 66) preceitua que “possui natureza reativa, pontual e errática, fez a clonagem jurídica de 58% da Lei Zico”.

Com o advento dessa Lei, houveram alterações louváveis que corroboraram para a flexibilização do Direito Desportivo, como por exemplo, o fim do passe, previsto no artigo 28, parágrafo 2º. Tal instituto consistia em manter o jogador ligado ao empregador mesmo após o término do contrato de trabalho, o que restringia a autonomia do atleta.

O fim do passe foi muito debatido à época e encontrou resistência por parte dos representantes e dirigentes dos clubes. O presidente da Federação Carioca de Futebol, Eduardo Viana, posicionou-se contrário ao fim do passe em sua fala durante o I Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista, afirmando que o atleta era mero momento da realidade permanente que é o time, a ausência de passe faria com que os clubes não quisessem mais investir nos atletas. Assim, a Lei Pelé estaria criando o proletariado esportivo, sendo uma falsa lei áurea do futebol (MARTINS FILHO, 2000).

Impende explicar acerca dos princípios basilares do Direito Desportivo. Eles estão dispostos no artigo 2º do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. No geral coincidem com os princípios constitucionais, processuais civis e administrativos, como o princípio da ampla defesa, contraditório, impessoalidade, economia processual, legalidade, moralidade, independência, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, devido processo legal e tipicidade.

Além disso, destaca-se os princípios da celeridade, oralidade, prevalência, continuidade e estabilidade das competições (*pro competitione*) e do espírito desportivo, visto que são eles que movem as engrenagens do Direito Desportivo. O princípio do espírito desportivo, *fair play*, significa que ao disputar as provas, todos os participantes devem buscar não prejudicar o adversário, sem malandragens, ou seja, o jogo deve ser limpo (DECAT, 2012).

O princípio da prevalência, continuidade e estabilidade das competições (*pro competitione*) expressa que o espetáculo desportivo não pode parar, isto é, deve ocorrer sem interrupções. Ainda, ele tem relação direta com os prazos processuais desportivos, com as circunstâncias que atenuam a penalidade aplicável e com a imediata executividade das sanções desportivas (MELO FILHO, 2002).

Percebe-se que o princípio mais importante do Direito Desportivo, pelo qual a sua justiça especializada deve se espelhar, é o da celeridade. Tudo deve ocorrer de forma célere, quase que de imediato. Por exemplo, um jogador precisa cumprir a sua punição rapidamente, pois ele tem vários jogos por semana (SANT'ANA; SOUZA, 2021).

Por sua vez, o princípio da oficialidade ou do impulso oficial, diferencia-se dos demais princípios do arcabouço jurídico, visto que não existe em outros ramos do Direito. Em síntese, ele representa a incumbência do órgão jurisdicional desportivo de mover o processo de fase a fase até a decisão final. É um princípio que dá suporte à celeridade já que é interesse da justiça desportiva a rápida e eficaz solução das demandas (SOARES, 2020a).

Esse princípio vai de encontro ao teor do princípio da inércia da jurisdição, que norteia o Processo Civil, o qual dispõe que o juiz deve ser provocado para se manifestar. Já o princípio da oficialidade ou do impulso oficial, é utilizado nos casos mais complexos, em que se coloca em risco a paz, a disciplina e a moralidade desportiva, fazendo-se imperiosa a atuação da Justiça Desportiva a fim de reestabelecer a harmonia (DECAT, 2012).

Em suma, pode-se inferir que o Direito Desportivo apresenta-se como um ramo autônomo, com regulamentação própria e com uma justiça especializada, que escapa ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, que será objeto de estudo posteriormente em momento oportuno.

Ainda, vale mencionar que o desenvolvimento do Direito Desportivo se deve precipuamente aos seguintes fatores, pela divulgação na mídia, pela intensificação dos debates em diversas esferas do conhecimento e pela própria cultura brasileira, principalmente pelo futebol, bem como pela a produção científica e literária do ramo (COELHO, 2020).

Neste item explanou-se detalhadamente acerca da matéria do Direito Desportivo, como ela foi tratada pelos governantes brasileiros, desde a época do Estado Novo em que o governo detinha maior controle sobre as práticas desportivas

até os dias atuais, em que se encontra mais flexibilidade. Ademais, discutiu-se sobre o seu desenvolvimento, suas principais características, princípios e leis que o sustentam.

2.2 A Justiça Desportiva

A partir daqui será abordada a temática da Justiça Desportiva e de seus principais aspectos. Primeiramente, cabe conceituá-la: integram-na um conjunto de instâncias que são ligadas à jurisdição e à territorialidade das entidades de administração do desporto, com atribuições de dirimir os conflitos desportivos. Possui competência limitada ao processo e julgamento de infrações disciplinares definidas pelos respectivos códigos (SCHIMIT, 2004).

O capítulo 7 da Lei 9615/98, denominada Lei Pelé (1998), regulamenta a Justiça Desportiva, dispondo sobre a sua organização e a estrutura, nos termos em que prevê a Constituição Federal. Destaca-se que o Brasil é o primeiro país no mundo a ter tal justiça especializada reconhecida na sua Constituição, no artigo 217 (SOUZA, 2012). O artigo 50 da Lei Pelé define as suas competências. Ela limita-se ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas.

A Justiça Desportiva possui um funcionamento mais simples do que a Justiça Comum, pois possui um nível mais elevado de especificidade, sendo dividida pelas modalidades das práticas desportivas. Enquanto que na Justiça Comum a organização se dá pela matéria que se quer obter o pronunciamento do direito (VARGAS *et al.*, 2017).

Ressalta-se que a autonomia e a independência dos órgãos dela, previstos constitucionalmente, foram reiterados pela Lei Pelé. Os Tribunais de Justiça Desportiva são unidades autônomas e independentes das entidades de administração do desporto de cada sistema, competentes para processar e julgar questões previstas nos respectivos códigos, sendo garantidos a ampla defesa e o contraditório (BARREIROS NETO, 2010).

Para Souza (2012) a Justiça Desportiva constitui-se como uma estrutura especializada, autônoma e prevista constitucionalmente, que busca à solução de conflitos desportivos, precipuamente no que se tange à disciplina e competição. Cabe mencionar que ela não integra o Poder Judiciário mas compõe parte especial da justiça dotada de interesse público (VARGAS *et al.*, 2017).

Embora grande parte da doutrina posicione-se afirmando a autonomia dessa justiça especial, há doutrinadores que sustentam de forma divergente, afirmando a sua não autonomia. Como verifica-se, por exemplo, pelas palavras de Bastos (2000, p. 836):

A Justiça Desportiva não é autônoma, muito menos independente, foi criada por ato administrativo, sendo, portanto, uma justiça administrativa e uma instituição ministerial. Ela não é um órgão jurisdicional integrante do Poder Judiciário, seus funcionários e membros não estão vinculados ao Poder Público, é dizer, não são funcionários públicos.

A Justiça Desportiva, nos moldes atuais, teve início em 1941 com a criação do Conselho Nacional de Desportos, CND, pelo Decreto-lei n. 3199/41 (SOUZA, 2012). Atualmente ela é composta pelos seguintes órgãos: o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, STJD, o Tribunal de Justiça Desportiva, TJD e seus Tribunais Plenos e Comissões Disciplinares.

Forlin (2007) justifica a criação dela, asseverando que embora seja dever do Estado em fomentar a cultura, esporte e lazer, não seria justo submeter os atletas e demais envolvidos à morosidade das decisões do Poder Judiciário. Nela tudo deve ocorrer da forma mais célere possível, tendo em vista o princípio da celeridade e da continuidade e estabilidade das competições.

Nesse sentido, posiciona-se Melo Filho (2000), afirmando que a criação dela ocorreu com o objetivo de resolver com mais celeridade e com um menor custo, pois a morosidade e a falta de conhecimento específico na Justiça Comum não solucionava os conflitos desportivos satisfatoriamente. Além disso, prejudicava o andamento normal das competições.

Constata-se que as decisões da Justiça Comum que versavam sobre as lides desportivas eram de difícil aplicabilidade e até mesmo não surtiam efeitos, pois quando elas eram finalmente proferidas, as competições já haviam chegado ao fim e o vencedor declarado (NEVES, 2005). Assim, verifica-se que a Justiça Comum não atendia satisfatoriamente a essas demandas, visto que no mundo desportivo, a celeridade é extremamente importante para o desenvolvimento das competições.

Diante disso, pode-se aferir que a Justiça Desportiva é revestida de certa informalidade. Analisando-a em comparação ao Judiciário, verifica-se que ela não possui o formalismo deste, como a linguagem rebuscada, os ritos processuais

complexos e a suntuosidade dos tribunais. Isso se deve aos seus princípios norteadores, como a oralidade e a celeridade (SANT'ANA; SOUZA, 2021).

Pela notória especialidade que possui, devido aos conflitos que a ela são submetidos, infere-se que a Justiça Comum não estaria preparada para julgar tais lides. Melo Filho (2000, p. 89), na obra *Direito Desportivo no Limiar Século XXI*, menciona que, “não será possível definir o direito e aplicar justiça em função de matéria desportiva fora do mundo do desporto, sem o espírito da verdade desportiva, sem o sentimento da razão desportiva”.

Apenas para mencionar, mas sem exaurir a questão, considerando que será debatida no próximo item, outro aspecto que se destaca no sistema desportivo é o esgotamento da via administrativa. Ou seja, os assuntos atinentes à matéria jus-desportiva, devem primeiro ser submetido ao julgamento dos órgãos da Justiça Desportiva e suas respectivas instâncias para que, em caso de insucesso, recorram à Justiça Comum (VARGAS *et al.*, 2017).

O Poder Judiciário admitirá analisar o processo desportivo no que toca aos princípios gerais do Direito, assim como na análise de observância de cumprimento do regular processo desportivo, exposto nos códigos pertinentes, observando assim a parte formal do processo e não o mérito, salvo na hipótese de o fato extrapolar os sessenta dias previstos quando então estará toda a matéria passível de análise (FACHADA, 2017, p. 106).

Melo Filho (2000), por seu turno, esclarece que tal Justiça é composta por instâncias, sendo as Comissões Disciplinares a primeira instância; o Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) a segunda instância; e, por fim, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) a terceira instância.

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva, STJD, funciona junto às entidades nacionais de administração do desporto, é composto por nove membros com competência para julgar competições interestaduais ou nacionais, sendo que também lhe compete julgar os recursos interpostos contra decisões do Tribunal (MELO FILHO, 2000).

Ademais, ele está previsto no Código Brasileiro de Justiça Desportiva, em seu artigo 3º, inciso I. Ele julga casos de competência originária e em grau de recurso as matérias julgadas pelos Tribunais de Justiça Desportiva. Ele é o grau máximo na jurisdição brasileira no âmbito desportivo. Atua no julgamento de recursos oferecidos em face dos julgados pelos Tribunais de Justiça (OLIVEIRA, 2017).

Vale ressaltar ainda que, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva é composto pelas Comissões Disciplinares e pelo Pleno. A Comissão Disciplinar é órgão de primeira instância, cabendo a ela processar e julgar as infrações disciplinares cometidas por pessoas físicas e jurídicas que estejam submetidas ao Código Brasileiro de Justiça Desportiva (DECAT, 2014).

Além disso, nota-se que os Superiores Tribunais de Justiça Desportiva e Tribunais de Justiça Desportiva não estão necessariamente ligados aos Estados. Dessa forma, um Tribunal de Justiça Desportiva de um determinado Estado, pode vir a intervir em outro (SANT'ANA, 2016).

Por outro lado, o Tribunal de Justiça Desportiva funciona junto às entidades regionais da administração do desporto, e é também composto por nove membros, sendo responsável pelo julgamento das decisões proferidas em primeira instância (MELO FILHO, 2000).

Para compô-lo, a Lei Pelé estabelece que há a exigência de dois advogados com notório saber jurídico desportivo, com o intuito de auxílio técnico para os demais membros auditores, que não precisam, obrigatoriamente, possuir conhecimentos em Direito Desportivo. Além de dois auditores indicados pela entidade de administração do desporto, que julgarão as lides de acordo com o fim que se destinam as competições (SANT'ANA, 2016).

Conforme já mencionado, a Justiça Desportiva não integra o Poder Judiciário. Então, cabe explicar acerca das diferenças entre esta e a Justiça Comum. Inicialmente, os Tribunais Desportivos julgam com base em Súmulas ou em Relatórios elaborados de cada partida e nos atos que foram praticados pontualmente em desconformidade com o regulamento da competição ou do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (VARGAS *et al.*, 2017).

Outrossim, em primeira instância na Justiça Comum quem julga é um juiz togado enquanto que na Justiça Desportiva é um auditor. Já em segunda instância, é um órgão colegiado, composto por desembargadores, similar ao Tribunal Pleno (VARGAS *et al.*, 2017).

Cabe apontar que os dirigentes de entidades desportivas são proibidos de serem membros dos respectivos Tribunais, exceto os membros de conselhos deliberativos. Pode ocorrer também que um mesmo auditor integre mais de um Tribunal diferente. Outra peculiaridade sobre o cargo de auditor, é que este não pertence ao Tribunal que

exerce suas funções, mas sim pertence à instituição que o indicou, logo este auditor pode ser substituído a qualquer momento (SANT'ANA, 2016).

A fim de encerrar este item, acerca dos principais aspectos da Justiça Desportiva, vale reiterar, sobretudo, que ela não integra o Judiciário, diferindo-se então, em muitos aspectos da Justiça Comum conforme visto. Além disso, ela profere decisões de cunho administrativo, não judicial, mas suas decisões devem ser acatadas e respeitadas por todos que compõe a estrutura desportiva. E, por fim, é constitucionalmente prevista.

2.3 O Acesso à Justiça no Direito Desportivo

Conforme extrai-se da leitura do parágrafo 1º do artigo 217 da Constituição Federal, para levar ao Judiciário demandas relativas à competição e à disciplina, as instâncias da Justiça Desportiva devem ser esgotadas ou, então, não resolvidas dentro de sessenta dias. Logo, percebe-se nitidamente que há uma exceção ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no artigo 5º, XXXV da Carta Maior.

A partir disso, criou-se uma vultosa controvérsia na doutrina. Neves (2017) discorre acerca das correntes que se formaram, sendo que uma defende que o teor do artigo 217, §1º da CF vai de encontro ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, disposto no artigo 5º, XXXV. A outra corrente sustenta que como tal restrição advém do poder constituinte originário, não há de se falar em inconstitucionalidade, pois são normas de natureza originária e não possuem limites.

Impende ressaltar o pensamento de um dos clássicos da área do Direito Desportivo, que sustenta que o escopo da Constituição Federal é restringir a atuação do Estado nos meios desportivos, porém sem vedar o acesso ao Judiciário. Há um pressuposto temporário de (60) sessenta dias, após a parte que assim o desejar poderá socorrer-se da Justiça Comum (ZAINAGHI, 1998).

Por outro lado, Bogdan (2009, p. 55) posiciona-se afirmando que o exaurimento das vias administrativas como pressuposto para se alcançar o Judiciário constitui uma “[...] exceção escandalosa. Já que não é prevista quanto a outras modalidades de contencioso administrativo que se conhecem no País”.

Nessa baila, Oliveira (2017) assevera que a Constituição da República Federativa do Brasil tratou a Justiça Desportiva como a única jurisdição administrativa

citada na nossa Carta Magna, o que acabou por obstaculizar o acesso à justiça, indo de encontro ao teor do Art. 5º, XXXV.

Conforme visto, o tema suscita divergência entre os doutrinadores da área. No entanto, acredita-se que, pela leitura do dispositivo constitucional, embora trate-se de uma justiça especializada, com competência bem delimitada, há claramente uma exceção ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição e, conseqüentemente, acaba por obstar o acesso à justiça.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, em decisão inédita, reconheceu a desnecessidade de se esgotar a via administrativa para se buscar ao Judiciário em matéria desportiva. No voto, o relator fundamentou que o artigo 217 da Constituição Federal está em desacordo com o artigo 5º, obstando, portanto, o acesso à justiça (SÃO PAULO, 1998, <https://esaj.tjsp.jus.br>). Ressalta-se que o caso em tela é um dos raros julgados nesse sentido.

SUSPENSÃO ESPORTIVA - Desnecessidade de esgotamento administrativo - Princípio do amplo acesso ao Judiciário - Princípio da ampla defesa não atendido - Litigância de má-fé não caracterizada - Recurso não provido (SÃO PAULO, 1998, <https://esaj.tjsp.jus.br>).

Sobre o tema, posiciona-se em sentido diverso o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. JUSTIÇA DESPORTIVA. Necessidade de *esgotamento* da *via administrativa*. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA (RIO GRANDE DO SUL, 2015, <http://www.tjrs.jus.br>).

Nota-se que nos conflitos desportivos, prima-se por não se recorrer ao Estado. É o que se depreende a partir da análise do Estatuto da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). No Estatuto daquele, no artigo 59.2, há a vedação de ingresso as instâncias ordinárias enquanto neste, no artigo 12, XLV, impõe-se a priorização da mediação e da arbitragem como meio de resolução de disputas.

Apenas depois de esgotadas todas as instâncias internas, a FIFA admite, única e exclusivamente, recursos ao Tribunal Arbitral do Esporte, sediado em Lausanne, na Suíça (FIFA, 2021). Acerca desse Tribunal, discorrer-se-á de forma detalhada em momento oportuno.

O Estatuto da CBF (2021, p. 17), impõe como dever das Federações no artigo 18, VI, delas absterem-se de postular perante o Poder Judiciário. O órgão rechaça de forma veemente que se postule perante a jurisdição estatal. O artigo 141, § 1º, prevê sanções administrativas que vão desde a advertência, suspensão, multa até a proibição, temporária ou definitiva, de exercer toda e qualquer atividade relacionada com o futebol.

Art. 18 – São obrigações das Federações filiadas:

[...]

VI - cumprir as decisões dos órgãos da Justiça Desportiva, assim como do Tribunal Arbitral, abstendo-se de postular e recorrer ao Poder Judiciário (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2021, p. 17).

Outrossim, o disposto no artigo 23 do mesmo Estatuto, sinaliza que as decisões da Justiça Desportiva, do Tribunal Arbitral, da Câmara Nacional de Resolução de Disputas e da Comissão de Ética devem ser acatadas e respeitadas por todos que integram a conjuntura desportiva.

Art. 23 – As Federações filiadas e todos os clubes disputantes de competições oficiais constantes do calendário anual do futebol brasileiro, assim como todos os jogadores, árbitros, treinadores, intermediários, médicos e quaisquer outros dirigentes ou profissionais pertencentes aos clubes ou ligas das Federações filiadas se comprometem a acatar as decisões da Justiça Desportiva, do Tribunal Arbitral, da Câmara Nacional de Resolução de Disputas (CNRD) e da Comissão de Ética (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2021, p. 18).

Nessa linha, o artigo 124 é claro ao esclarecer que é expressamente vedado demandar ou recorrer à justiça ordinária, exceto nas hipóteses admitidas pela FIFA. Aquele que descumprir essa regra, fica sujeito às penalidades e sanções estabelecidas nos Estatutos da FIFA, da CONMEBOL e da CBF.

Conforme se depreende da leitura do artigo 124 do Estatuto da CBF “fica expressamente proibido postular, demandar ou recorrer à Justiça ordinária, exceto nas hipóteses admitidas pela FIFA” (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2021, p. 41).

Cabe mencionar o disposto no artigo 231 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, que prevê pena de exclusão e de multa a quem postular no Judiciário matéria atinente à disciplina e às competições, antes de esgotar todas as instâncias da Justiça Desportiva.

Art. 231. Pleitear, antes de esgotadas todas as instâncias da Justiça Desportiva, matéria referente à disciplina e competições perante o Poder Judiciário, ou beneficiar-se de medidas obtidas pelos mesmos meios por terceiro.

PENA: exclusão do campeonato ou torneio que estiver disputando e multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (BRASIL, 2010, <https://www.gov.br>).

A fim de ilustrar, pode-se citar o caso do Clube Icasa, ocorrido em 2013. Ele foi excluído da série B do Campeonato Brasileiro por acionar a Justiça Comum, em vez da Desportiva. O time foi motivado pelo fato de o Fluminense ter se mantido na série A do Campeonato, e após esgotadas as instâncias na Justiça Desportiva, decidiu recorrer à Justiça Comum, solicitando sua vaga na série A. A alegação versou sobre a escalação irregular de um jogador do Figueirense. No entanto, não obteve êxito (NAHUM, 2021).

Em outro momento, o Fluminense buscou ao Judiciário para garantir o cumprimento de um contrato firmado com os responsáveis pela administração do Maracanã. A execução do contrato poderia interferir no andamento da competição, que permitiria a interpretação de que essa seria uma matéria que caberia à Justiça Desportiva. Contudo, mesmo que o processo pudesse influenciar a competição, não se tratava de uma questão disciplinar, tampouco de uma questão relativa à competição. No caso concreto, a Procuradoria do TJD-RJ retirou a denúncia, baseada no artigo 231 do CBJD (MORRONE, 2019).

Logo, depreende-se que a atuação da Justiça Desportiva, em nenhuma hipótese desqualifica a Justiça comum para a apreciação das lides de sua competência, sendo que ambas devem coexistir harmonicamente no ordenamento jurídico brasileiro, diferenciando-se sobretudo pela especialidade de cada uma (COELHO, 2020). Apesar de suas deficiências, as duas exercem um serviço louvável de suma importância aos cidadãos brasileiros.

Ante todas essas disposições legislativas no intuito de inibir a procura ao Poder Judiciário, Soares (2020b) descreve sucintamente como funciona a lógica da estrutura desportiva, afirmando que todos aqueles que integram a “Família FIFA” são fortemente desencorajados a procurar a justiça comum para dirimir questões desportivas regulamentares e disciplinares.

Como visto, permeia na seara desportiva uma verdadeira objeção ao Judiciário, visto que, tanto a FIFA quanto a CBF, rechaçam fortemente o ingresso ao Judiciário.

Busca-se precipuamente pela não intervenção estatal. Nesse campo, ganha força os métodos alternativos de resolução de conflitos, como a negociação, conciliação, mediação e arbitragem, principalmente esta, que é largamente utilizada e que será objeto de estudo de forma aprofundada do próximo capítulo.

3 RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS

Sabe-se que o sistema Judiciário enfrenta dificuldades em atender a alta demanda e resolver de forma satisfatória às lides que se apresentam atualmente. Além de ser senso comum a deficiência do sistema forense, essa afirmação também é comprovada pelo relatório do Conselho Nacional de Justiça (2021), que informou que em 2020 a taxa de congestionamento líquida (exclui-se os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório) foi de 69,1% e a bruta de 73%.

Em relação aos conflitos que se apresentam hodiernamente, acredita-se que o modelo de produção de Direito se instala em função de uma dogmática jurídica que ainda pretende enfrentar conflitos interindividuais ao passo que sociedade moderna e complexa, se encontra repleta de conflitos transindividuais (SPENGLER, 2017).

Face ao cenário de crise do Estado, que é devido à globalização e todas as suas implicações (econômicas, jurídicas, políticas, sociais e culturais), passou-se a trabalhar com a ideia de transformação dele, com o repensar dos papéis. Desde então, o controle da solução dos conflitos saiu do controle exclusivo do Estado, dando espaço à alternativas à jurisdição, como as *alternative dispute resolution* (SPENGLER, 2010).

A resolução alternativa de controvérsias, ou ADR (*alternative dispute resolution*), é um processo no qual um terceiro neutro — um mediador ou árbitro — ajuda as partes que estão envolvidas em uma disputa a chegar a um acordo. Além disso, oferecem uma alternativa ao contencioso (SHONK, 2020).

Um marco importante para o surgimento da ADR, foi o movimento “*quiet revolution in dispute resolution*”, que surgiu no final da década de 70, nos Estados Unidos, fruto da necessidade de se criar um novo método de solução de litígios, mais flexível e informal. A estrutura do Poder Judiciário não era suficiente para absorver todas as demandas, principalmente com a globalização, em que surgiram novos conflitos com o aumento da relação negocial de pessoas de culturas e países distintos (STIPANOWICH, 2016).

A resolução de disputas fora dos tribunais não é algo novo conforme visto. O que é realmente novo é a extensa promoção e proliferação de modelos ADR. Com efeito, verifica-se que a tendência de solucionar conflitos fora da égide do Estado, também é encontrada em outros países, como Canadá e Estados Unidos, que já implantaram no seu sistema jurídico métodos alternativos de conflitos, alguns até mesmo forma *on-line* (FERRARI, 2021).

No Brasil, o movimento em busca pela ADR tomou forma em 1976, após um Simpósio Jurídico, onde Facchini Neto (2011, p. 119) afirmou que apesar das inovações no âmbito do processo civil, “persistia o baixíssimo índice de aprovação popular em relação ao funcionamento do poder judiciário e ao serviço por ele prestado”. Desde então começaram as discussões jurídicas sobre o assunto, sempre buscando implementá-la no país espelhando-se no modelo norte-americano.

A resolução alternativa de conflitos, em inglês *Alternative Dispute Resolution* (ADR), traduz-se em vários métodos de liquidação de desajustes entre indivíduos ou grupos através do estudo dos objetivos de cada um, das possibilidades disponíveis e a maneira como cada uma percebe as relações entre os seus objetivos e as alternativas apresentadas (NAGEL, 1991).

Verifica-se que os meios alternativos de solução de conflitos, é gênero, que se subdivide em várias espécies, que vão do menos formal – negociação, conciliação, facilitação, mediação, méd-arb, arbitragem – até o esquema mais formal – procedimentos determinados por tribunal, híbridos e julgamento por tribunal convencional (GOLDBERG; SANDER; ROGERS, 1992).

Outrossim, eles são meios que vieram proporcionar uma redução da inflação processual, ou seja, auxilia na busca por um sistema forense de maior qualidade e celeridade, além da redução na demora e nos custos do processo bem como na sua efetiva qualidade e a facilidade do acesso à justiça ao cidadão (SPENGLER; SARAIVA, 2019).

Nessa linha, as práticas de ADR possuem muitos pontos positivos, dentre os quais pode-se citar a contribuição para o descongestionamento do Judiciário, diminuição dos custos e da demora no trâmite dos casos, além de facilitar o acesso à justiça e possibilitar um tratamento qualitativamente melhor dos conflitos, no qual reside a sua importância (SPENGLER; SARAIVA, 2019).

Atualmente percebe-se que as práticas de ADR são largamente utilizadas internacionalmente bem como no Brasil. Há a utilização dos meios como conciliação, mediação e arbitragem, que se afiguram como alternativas à jurisdição, auxiliando o cidadão na busca pelos seus direitos, além de ser uma forma mais célere e econômica.

Ademais, o uso da ADR, favorece o acesso à justiça por pessoas que tem dificuldade de acessar os tribunais. Pesquisas demonstram a efetividade e o sucesso da ADR em países como África do Sul, Sri Lanka e Bangladesh em que se evidencia

os benefícios de um “negociador” local, que entende as condições locais, conhece as partes, e pode ajudar a guiar um acordo que se encaixa na situação (BROWN; CERVENAK; FAIRMAN, [1990-2000]).

No próximo item, será objeto de estudo a arbitragem, como funciona o procedimento, suas principais características, vantagens e desvantagens e também apontando algumas peculiaridades que a diferem da jurisdição estatal.

3.1 A arbitragem

Considerando as peculiaridades do desporto, visto que transpassa fronteiras, há que se tecer uma breve consideração acerca da arbitragem em âmbito internacional. Ela difere-se da doméstica, ou nacional, pois abrange um conflito transfronteiriço. Para Moraes e Spengler (2019, p. 220) “a definição exata da internacionalidade vem precisamente fixada na lei que rege o instituto”.

A prática da arbitragem é antiga visto que iniciou-se na antiguidade, mais especificamente aos hebreus, no Pentateuco, narrada nos cinco primeiros livros da Bíblia, em que há o relato de conflitos decididos por árbitros, por exemplo entre Jacó e Labão (DOLINGER, 2005). Ela é um dos mais antigos meios de composição de conflitos, já existia, historicamente, antes mesmo do surgimento da justiça estatal, sendo considerada, portanto, como o primeiro meio de heterocomposição de conflitos (CARMONA, 1990).

Quanto à natureza jurídica da arbitragem, encontra-se entendimentos divergentes na doutrina internacional bem como nacional, os quais discutem se ela tem natureza contratualista/privatista ou jurisdicional. Carmona (2009) afirma a tese da jurisdicionalidade da arbitragem. Impende notar a posição de Lemes (1992) que entende que a arbitragem possui natureza híbrida, sendo na sua primeira fase contratual e na segunda jurisdicional.

Ao lado dos que defendem a primeira corrente, encontra-se Zavascki (2003, p. 165) “nem se poderia, mediante lei ordinária, igualar ato privado com ato de jurisdição, já que isso importaria rompimento do monopólio da função jurisdicional, que pertence ao Estado por força da Constituição (art. 5.º, XXXV)”. No Brasil atualmente entende-se que a “teoria contratualista não é majoritária, mas é especialmente defendida pela doutrina processual civil, sob o fundamento de que a jurisdição seria monopólio estatal” (FICHTNER; MANNHEIMER; MONTEIRO, 2019, p. 70).

O referido instituto tem regulamentação própria no Brasil, ou seja, a lei nº 9.307/1996, que não trouxe um conceito, deixando-o em aberto. Em termos de legislação, há também o decreto nº 4.311/2002, que ratifica a Convenção sobre o reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras feita em Nova Iorque em 1958. Em 2015 sobreveio a lei nº 13.129, a qual permitiu o uso da arbitragem pela administração pública direta e indireta.

Cabe explicitar que o procedimento arbitral é um meio heterocompositivo, assim como a jurisdição estatal, isto é, a solução do conflito ocorre por um terceiro imparcial, o árbitro. Ou seja, de forma diversa do que ocorre na conciliação e na mediação, as quais são meios autocompositivos, em que as próprias partes chegam ao consenso, sem o auxílio de um terceiro. “A heterocomposição é a solução do conflito pela atuação de um terceiro dotado de poder para impor, por sentença, a norma aplicável ao caso que lhe é apresentado” (SCAVONE JÚNIOR, 2018, p. 24).

Encerrada a parte introdutória, passa-se a conceituá-la. Para Nalini (2018, p. 60) “a arbitragem é o processo em que uma ou mais partes neutras chegam a uma decisão após ouvir argumentações e examinar provas”. Na arbitragem, as partes abrem mão de seu direito à tomada de decisão em favor da parte neutra, que toma a decisão por elas (COOLEY, 2001).

“É uma técnica para solução de controvérsias através da intervenção de uma ou mais pessoas que recebem seus poderes de uma convenção privada, decidindo com base nesta convenção sem intervenção do Estado” (CARMONA, 2009, p. 15). Nessa senda, ela resulta de um negócio jurídico mediante o qual as partes optam pela solução arbitral, abdicando da jurisdição estatal em razão dos seus direitos patrimoniais e disponíveis (SCAVONE JÚNIOR, 2018).

Ademais, destaca-se que o procedimento pode ser acordado previamente, no contrato, pela inclusão da cláusula arbitral, que pode ser cheia ou vazia. Naquela, institui-se todas as condições necessárias para a arbitragem, como a escolha do árbitro, as normas a serem aplicadas, o local, dentre outros. Em sentido oposto é a cláusula vazia, em que não há previsão de como será o rito (LIMA, [201-?]).

Ressalta-se que a arbitragem fundamenta-se na liberalidade e na autonomia dos participantes. Desse modo, quando convencionada, não é possível a desistência por uma das partes. “Depois de livremente firmada a convenção de arbitragem é obrigatória e não admite arrependimentos” (FICHTNER; MANNHEIMER; MONTEIRO, 2019, p. 27).

Ainda, há que se discorrer sobre o compromisso, que vai no sentido oposto da cláusula. Enquanto esta é firmada previamente no contrato, aquela se dá quando já instaurado o conflito e resolve-se dirimi-lo pela via arbitral. Em suma, elucida Arenhart (2005, p. 10):

Admite-se que quando da celebração de um contrato estipule-se a cláusula – chamada de cláusula compromissória – de que os futuros e eventuais litígios que decorrerem do contrato devem ser submetidos à arbitragem. Mas quando o conflito já existe – e assim não é incerto e eventual no futuro –, deve-se firmar compromisso de arbitragem, definindo-se precisamente – como exige a lei de arbitragem – os limites da matéria que se pretende submeter à arbitragem.

Quanto às espécies de arbitragem, pode-se citar a avulsa ou “*ad hoc*” e a institucional, de acordo com a previsão do artigo 5º da lei nº 9.307/96. Em síntese, a avulsa é criada para solucionar um determinado fato, a partir de normas criadas pelos próprios conflitantes. Uma vantagem deste modelo é o fato de as partes possuem o poder de moldar a arbitragem de acordo com as suas vontades e desejos, de forma a atender melhor os fatos que envolvem o litígio em particular (BOTTESELLI, 2012).

É uma arbitragem que pode ser estabelecida com base em regras e procedimentos criados pelas partes especificamente para aquele caso concreto. Além disso, a arbitragem *ad hoc* deve ser administrada pelas próprias partes e pelos árbitros, sem que, normalmente, sejam adotadas as regras de arbitragem padronizadas de alguma instituição de arbitragem e sem que, sob qualquer hipótese, o procedimento arbitral seja submetido à condução de alguma instituição arbitral (FICHTNER; MANNHEIMER; MONTEIRO, 2019, p. 123).

No que tange à arbitragem institucional, pode-se afirmar que ela é feita por uma instituição especializada, isto é, pelas câmaras arbitrais. Existem tanto no âmbito internacional como nacional. Uma das mais conhecidas é a Câmara de Comércio Brasil-Canadá, que resolve conflitos de qualquer cidade do Brasil e do exterior (CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ, 2022).

Com efeito, as instituições que administram procedimentos arbitrais prestam serviços e para tanto disponibilizam meios e condições para o bom andamento da arbitragem. Como por exemplo, o regulamento da câmara, que norteará a condução e as principais diretrizes de como o rito ocorrerá (PEREIRA, 2016).

Nota-se que uma das principais características da arbitragem é que as partes podem escolher a lei aplicável, não só em relação ao mérito da causa, mas também

em relação à convenção e ao processo arbitral. Isso ressalta que a autonomia da vontade é definitivamente um elemento de conexão para fins de definição do Direito aplicável, seja ele direito positivo ou não, estatal ou não (FICHTNER; MANNHEIMER; MONTEIRO, 2019).

No tocante ao modo, ela classifica-se em: de direito ou de equidade, conforme os termos do artigo 2º da lei atinente ao tema. Em relação à primeira, por óbvio, não poderá ir de encontro à ordem pública e aos bons costumes. Além disso, as partes poderão escolher a norma que querem ver aplicada pelo árbitro para solução do seu conflito decorrente de direito patrimonial e disponível. Caso não escolham, o árbitro decidirá com fundamento na lei nacional (SCAVONE JÚNIOR, 2018).

Adota-se o julgamento por equidade quando o julgador tiver a faculdade de não se ater a uma norma jurídica já existente, criando seu próprio comando para resolver a disputa, com base em sua consciência de qual resultado seria mais justo. Também, é defeso que tenha como resultado decisão que viole a ordem pública, isto é, não pode servir como um escape para fraudar à lei (MUNIZ, 2016).

Confira-se que uma parcela da doutrina não apoia a utilização deste modelo, à exemplo de Carmona (2009, p. 67) que entende que podem ser “negligenciadas limitações legais e regras de direito material razão pela qual a decisão assemelha-se a um verdadeiro barril de pólvora, sobre o qual placidamente resolvem sentar-se as partes”.

A principal crítica a este modelo diz respeito a certa discricionariedade do julgador, que “ao aplicar a equidade, o árbitro se coloca na posição de legislador e aplica a solução que lhe parecer razoável, ainda que haja lei disciplinando a matéria, desde que não se trate de norma cogente” (SCAVONE JÚNIOR, 2018, p. 26).

Embora o julgamento por equidade possa abrir margem a pensar-se em certa discricionariedade, principalmente no que toca à fundamentação das decisões, destaque-se que elas deverão ser fundamentadas igualmente às de direito, visto que é o que prevê o inciso II do artigo 26 da Lei n.º 9.307/1996. “A decisão na arbitragem de equidade pode ser contrária ao direito positivo, mas não pode ser contrária aos fatos e provas dos autos” (FICHTNER; MANNHEIMER; MONTEIRO, 2019, p. 120).

Scavone Júnior (2018) aponta as principais vantagens da arbitragem: celeridade, possibilidade de escolha de um julgador especialista na matéria, a imparcialidade dos árbitros no âmbito internacional, a eficácia transnacional da sentença arbitral e a

flexibilidade do procedimento arbitral. Ademais, o trâmite processual corre em sigilo, o que a torna ainda mais atrativa.

A sentença arbitral possui uma ampla aceitabilidade no plano internacional, especialmente em razão da ratificação da Convenção de Nova Iorque de 1958. Além disso, detém maior trânsito internacional e maior facilidade de ser reconhecida e executada em outros países do que a sentença judicial. O vencedor tem maiores chances reais de satisfação do seu direito de crédito e concretiza, assim, o princípio da efetividade do processo e permite a entrega da tutela jurisdicional plena (FICHTNER; MANNHEIMER; MONTEIRO, 2019).

Em relação ao custo para iniciar uma arbitragem (taxa de registro, taxa de administração e honorários dos árbitros) possui um valor nominal imediato mais elevado do que aquele necessário ao ajuizamento de uma demanda judicial. Essa circunstância conduz muitas vezes à conclusão de que a arbitragem seria mais cara do que o processo judicial (FICHTNER; MANNHEIMER; MONTEIRO, 2019).

Em consulta realizada junto ao site da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, verificou-se que o mesmo dispõe de uma calculadora, em que é possível simular o valor de uma arbitragem de acordo com o valor da disputa. A fim de exemplificar, uma disputa de R\$ 500.000,00, para ser julgada por um tribunal composto por três árbitros, importaria no total de R\$ R\$ 174.625,00 ao requerente e R\$ 170.625,00 ao requerido. Nos casos em que haja mais de uma pessoa figurando ativa ou passivamente na demanda, os valores devidos serão rateados entre os componentes do mesmo polo (CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ, 2022).

Logo, percebe-se que a arbitragem afigura-se como um meio alternativo de disputas, regulado em lei própria e que possui vantagens em relação a jurisdição estatal conforme visto. Também, ela possui todas as condições de ser um mecanismo absolutamente amplo e democrático, podendo atender a qualquer tipo de conflito, que verse sobre direito patrimonial disponível.

3.2 Arbitragem no âmbito desportivo

No item anterior discorreu-se sobre os aspectos gerais da arbitragem, seu funcionamento, regras e suas peculiaridades, que a diferem da jurisdição estatal. A partir disso, agora pretende-se explanar acerca deste instituto aplicado especificamente no que tange aos conflitos da seara do desporto.

Primeiramente cabe esclarecer que o direito desportivo é multicultural, abrangendo vários países, povos, raças e religiões. Devido a esse fato, entende-se extremamente embaraçoso submeter um conflito dessa natureza a determinada jurisdição estatal de um determinado país, pois há uma gama de ordenamentos jurídicos e como seria lidar com as peculiaridades de cada um? Por isso, defende-se por meio deste texto defender a aplicação da arbitragem a tais litígios, pelos fatos e fundamentos que serão apresentados no decorrer deste item.

Sabidamente que neste meio do desporto também surgem conflitos, que nem sempre são resolvidos de forma amigável. E muitos desses conflitos necessitam de uma solução célere, tendo em vista o princípio da celeridade que rege a matéria. A arbitragem neste contexto, pode ter sua utilização potencializada, pois a resposta rápida e eficiente, por vezes, pode ser a diferença entre trabalhar ou não, exercer sua atividade profissional dignamente ou aguardar indefinidamente uma solução judicial (SABO, 2010).

Por outro lado, vale mencionar que os litígios advindos do desporto não são unicamente os trabalhistas, embora sejam os mais divulgados pela mídia. Porém há uma gama de questões jurídicas a serem solucionadas, tais como contratos de imagem, trabalho, patrocínio, locação e uso de arenas, dentre muitas outras (CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL, 2020).

Ademais, cabe destacar que há casos em que não será possível a aplicação da Arbitragem, sendo o caso das relações disciplinares e das competições, em razão da competência conferida pela Constituição à Justiça Desportiva, no artigo 217, bem como em razão da satisfatória atuação dos membros das Cortes Disciplinares nacionais (COSTA, 2011).

Embora exista a aplicação da arbitragem a esses conflitos no país, percebe-se que a sua utilização ainda é tímida. Atualmente, os casos levados às câmaras privadas são poucos, sobretudo porque as entidades desportivas ainda não possuem conhecimento e informações quanto às vantagens apresentadas pelo procedimento arbitral (TREVISAN, [202-?]).

Outrossim, em relação às câmaras privadas, percebe-se que não são todas que detêm a competência em atender lides dessa natureza, devido a especialização no assunto que o árbitro deve ter. Fato esse que exalta a atuação do Tribunal Suíço, que é especializado justamente nessa seara. Por outro lado, verifica-se que no Brasil, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, por ser o centro das atividades

desportivas, há escritórios renomados especializados em trabalhar nessa área, como o Bichara & Motta (2021).

Nota-se que o conhecimento especializado dos árbitros, os quais decidem os litígios, é de suma importância para que se tenham decisões mais equânimes. A agilidade e flexibilidade dos procedimentos, levando em conta a diversidade de possíveis partes e os efeitos de uma sentença principalmente no que tange a processos cujo resultado afetará competições em andamento (SORDI, 2015).

Em nível internacional as demandas desportivas são levadas ao Tribunal Arbitral do Esporte, situado na Suíça, que é referência mundial e visa resolver problemas quanto aos Comitês Olímpicos, clubes, atletas, transferências, casos de doping, dentre outros. A respeito deste tribunal, ele será objeto de estudo posteriormente em um tópico próprio.

A arbitragem é frequentemente utilizada pelas entidades desportivas internacionais, justamente em razão da especialidade dos árbitros no julgamento do caso concreto, que podem ser ex-atletas, advogados ou juizes, com extrema capacidade e conhecimento do direito desportivo, assim como pela celeridade na tramitação do processo que em virtude do corpo técnico e especializado permite uma resolução rápida do caso (TREVISAN, [202-?], <https://www.camesc.com.br>).

No Brasil, ainda é necessário a conscientização das vantagens trazidas pelo procedimento arbitral na solução dos conflitos desportivos, para que a arbitragem não fique adstrita somente a casos de menor relevância, mas que possa atuar de forma efetiva na solução de grandes conflitos, especificamente no tocante a contratos de disputas comerciais e transferência de atletas (TREVISAN, [202-?]).

Há um forte movimento no país, por parte dos doutrinadores e militantes na área, no sentido de repensar-se o modelo da Justiça Desportiva brasileira atual, face à profissionalização e racionalização do ramo. Tal ideia, a qual se filia Ezabella (2021), seria implantar um modelo de sistema arbitral, baseado na Lei 9.307/96.

Mais recente ainda temos visto funcionar com muita eficiência algumas Câmaras Arbitrais voltadas exclusivamente a julgar matéria desportiva. Logicamente que, por conta da norma constitucional e da vedação legal prevista no artigo 90-C da Lei Pelé (9.615/98), não se tem analisado questões relativas à disciplina ou à competição desportiva, porém, os convênios de algumas dessas entidades firmados com o Comitê Olímpico Brasileiro e com a Confederação Brasileira de Futebol tem feito crescer o interesse e a utilização do instituto, tornando-o mais conhecido e acessível financeiramente às partes (EZABELLA, 2021, <https://ibdd.com.br>).

Ainda, há uma celeuma jurídica que cairia por terra ao migrar-se ao sistema arbitral. Visto que os operadores do direito que trabalham na área não têm clareza ao questionar-se quando se esgota a jurisdição da Justiça Desportiva. E existe uma corrente doutrinária que defende que, em breve síntese, as instâncias esportivas não teriam se esgotado quando do julgamento pelo STJD da modalidade, pois após a decisão final da Justiça ainda caberia recurso ao Tribunal Arbitral do Esporte (EZABELLA, 2021).

A sentença arbitral por ser amplamente reconhecida na seara desportiva facilitaria e compactaria as lides em um sistema uno, célere e eficiente. Ou seja, a adoção desse modelo seria eficiente além de sistematizar e colocaria fim aos imbrólios jurídicos criados na área. Ademais, o Estado não interviria nas relações desportivas, pois ficaria tudo no âmbito privado, que é o que se procura ferrenhamente, ou seja, a distância estatal das relações desportivas.

Com efeito, tal sistematização caminha ao encontro da uniformização da *lex sportiva*. Sendo esta o corpo normativo próprio referente à matéria. O termo vai no mesmo sentido da *lex mercatoria*. Ou seja, são as regras incidentes sobre as relações no âmbito do desporto, bem como com elementos do próprio direito internacional (SORDI, 2015).

Grande parte da doutrina, portanto, aceita a existência de um direito desenvolvido especialmente para as relações envolvendo o desporto. Além disso, pode-se ainda distinguir dessa *lex sportiva* um conjunto de normas, denominado *lex ludica*. A *lex ludica* abarcaria tanto as “regras do jogo” propriamente ditas, as quais são tidas, em sua aplicação, como imunes à intervenção jurídica, quanto os princípios que estão ligados ao “espírito do desporto” (SORDI, 2015, p. 56).

Então, a vista disso pode-se concluir que há uma tendência para a implantação, no futuro, de um sistema arbitral instalado com finalidade específica para tanto no país. Já que na esfera internacional, muitos países já adotam tal modelo, afastando por completo a ingerência estatal na esfera desportiva, que é o que sempre se buscou.

3.3 A Câmara Nacional de Resolução de Disputas

À fim de contextualizar a matéria, infere-se que na década de 90, a FIFA verificou que havia uma série de irregularidades entre agentes de jogadores de futebol, atletas e clubes. Face a esse cenário, editou regulamentos para sanar tais

problema. Note-se que o primeiro regulamento criado foi o de agente de jogadores, o qual determinava que tais disputas, seriam resolvidas pelo *Player's Status Comitê* (PSC). Em seguida, criou-se o *Dispute Resolution Chamber* (DRC) (PEREIRA, 2017).

Em 2001, pela Circular nº 1129, a FIFA resolve direcionar a responsabilidade para decidir sobre as disputas para a CBF, no intuito de reduzir o número de disputas submetidas à justiça comum. Posteriormente, a FIFA resolveu criar um regulamento padrão, norteando a criação das câmaras nacionais de resolução de conflitos. Nessa linha, a CBF, criou o Comitê de Resolução de Litígios (CRL) (PEREIRA, 2017).

Destaque-se que na CRL, não eram admitidas causas de natureza laboral e a indicação de seus membros era feita integralmente pela Entidade Nacional de Administração do Desporto, diferentemente do que ocorre na CNRD (ALVES; SILVA, 2017).

Então, em 2016, sobreveio a Câmara Nacional de Resolução de Disputas (CNRD), substituindo a CRL, que será objeto de estudo neste item. Ela configura-se como um órgão criado pela CBF para resolver litígios envolvendo entes do futebol brasileiro. As decisões proferidas por ela são passíveis de recurso para o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA).

Contudo, por ser relativamente nova, ainda pende dúvidas quanto ao seu *modus operandi*. A principal discussão é se a CNRD seria um centro arbitral ou não, pois em uma primeira análise, percebe-se que ela não se caracteriza propriamente como um centro arbitral, tendo em vista as singularidades que possui que muito a diferem do previsto na Lei 9.307/96.

Destaca-se, dentre as singularidades, a composição fixa da CNRD de cinco membros que, formando turmas de três, são os responsáveis pela condução e julgamento dos litígios. Além disso, não há a escolha dos árbitros pelas próprias partes (SOARES, 2020c).

Conforme o artigo 7º do Regulamento, as entidades responsáveis pela indicação dos membros que compõem a Câmara precisam comprovar a formação e experiência jurídica do membro, além de reconhecida competência e domínio na área do direito desportivo nacional e/ou internacional. Então, entende-se que o membro precisa ser, no mínimo, advogado. Ainda, a CBF deve publicar uma lista com a atualização do currículo dos membros da CNRD em seu site para consulta pública (PEREIRA, 2007).

A CNRD é hoje um órgão administrativo que pode sim se tornar um órgão arbitral no futuro. Ainda hoje, já hoje, pode se tornar um órgão arbitral, se houver uma livre escolha das partes para que a CNRD discuta o caso ou se as partes quando entram na Câmara assinarem um termo arbitral, mesmo sendo um órgão administrativo ela pode ter uma decisão arbitral, pode assumir um caráter arbitral pela vontade das partes (PEREIRA, 2017, p. 58).

Impende ressaltar que a CNRD diferencia-se muito da Justiça Desportiva. Uma vez que aquela está sob a jurisdição da CBF, baseia-se pela *Lex Sportiva* e tem natureza jurídica despersonalizada. Ao passo que esta tem natureza constitucional, julga com base na *Lex Publica* e tem competência para apreciar casos de competição e disciplina (PEREIRA, 2017).

Com efeito, há críticas quanto à atuação da CNRD. Para Alves e Silva (2017), assemelha-se a uma arbitragem, porém possui características de mediação e não possui respaldo legal, uma vez que não segue a Lei 9.307/96. Possui natureza similar à Comissões de Conciliação Prévia. No entanto, como tem adesão voluntária, não resta dúvida de que é uma forma consensual de solução de conflitos.

Ademais, diferentemente do que ocorre na Arbitragem, o Regulamento da CNRD, fixou prazo de até 30 (trinta) para que seja proferida decisão, por maioria simples após encerrada a instrução probatória no Procedimento Ordinário. Já no Procedimento Sumário, a decisão será proferida em até 30 (trinta) dias corridos a contados da apresentação das alegações finais. Podendo o prazo ser postergado por até 60 (sessenta) dias, sob critério do Presidente (PEREIRA, 2017).

O processo tem início por manifestação de uma das partes, conforme dispõe o artigo 5º do regulamento. A análise e julgamento do é realizada por cinco membros, indicados por diferentes entidades, sendo: um indicado pela CBF, a quem caberá o exercício da presidência, um indicado pelos clubes filiados à CBF, um indicado pela Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol, um indicado pelos intermediários registrados e um pelos técnicos de futebol (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2016).

O ônus da prova incumbe à parte que alegar o fato, exceto em se tratando de prova negativa, ou caso a prova seja ordenada de ofício pela própria CNRD. As custas serão pagas pelo requerente, sem obstar que a seja determinado o reembolso das custas pela parte vencida, ao final do procedimento (PEREIRA, 2017).

Na fase probatória, a própria CNRD, a seu exclusivo critério, pode requerer interrogatório das partes, oitiva de testemunhas, perícias, exibição de prova ou qualquer outro meio de prova julgado conveniente. Apreciando-as livremente, decidindo o mérito da questão, conforme sua própria convicção (PEREIRA, 2017).

A indicação de membros por várias entidades visa garantir a isonomia nos julgamentos e uma maior adesão por parte dos litigantes, tendo em vista que a jurisdição é voluntária e consensual, a forma de julgamento pode influenciar na procura futura da solução de conflitos (ALVES; SILVA, 2017).

Ao passo que a CNRD tem como entrave a falta de respaldo legal, cabe destacar ela pode aplicar, no exercício de suas funções, com base no artigo 40 e parágrafos, do Regulamento, sanções de forma cumulativa ou não, que vão desde a advertência, censura escrita, multa até a proibição de registrar novos atletas (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2016).

Em 23.02.2021, o Cruzeiro interpôs Agravo de Instrumento perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro questionando a competência da CNRD para analisar a sua situação com outro clube, que pleiteava o recebimento de 20% do valor da venda do zagueiro Bruno Viana ao Olympiakos da Grécia. Ao fim, o Cruzeiro foi punido pela com a proibição de registro de atletas. Em sede recursal, o time arguiu que a questão deveria ser resolvida pela Justiça Comum, já que era o foro eleito no contrato e não a CNRD (SOARES, 2021c, <https://leiemcampo.com.br>).

Pois bem, diante do caso o entendimento fixado pela CNRD, é o de que esporte julga esporte. Ou seja, em suma “mesmo diante de cláusula de eleição de foro, a CNRD tem competência para apreciar as disputas que lhe são submetidas à luz do art. 64 do RNRTAF” (CÂMARA NACIONAL DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS, 2020, p. 18).

No entanto, aponta-se que a Justiça do Trabalho se opõe à CNRD, em especial por conta do princípio de proteção ao empregado, onde é reconhecida sua hipossuficiência em relação ao empregador. Além disso, a esmagadora maioria da jurisprudência trabalhista tem rechaçado a aceitação da arbitragem como meio de solução de conflitos individuais de natureza laboral, já que não há distinção entre as partes na via arbitral (ALVES; SILVA, 2017).

A Justiça do Trabalho não reconhecerá como válida uma decisão oriunda da CNRD, independentemente de sua natureza jurídica. É óbvio que ainda não podemos precisar como, e nem se serão julgadas causas trabalhistas na

CNRD, mas devemos considerar todas as hipóteses, isto é, a referida decisão pode ser até mais célere e vantajosa do que a decisão de um magistrado trabalhista (ALVES; SILVA, 2017, p. 92).

Em suma, a CNRD é indubitavelmente uma forma consensual de solução de conflitos, embora tenha a sua natureza jurídica questionada. A decisão proferida por ela não se caracteriza como sentença arbitral, uma vez que o procedimento não segue a lei 9.307/1996 em muitos pontos conforme visto, principalmente pelo fato de que as partes não têm liberdade de escolher os árbitros.

A atuação da Câmara ainda é recente e não há consenso na doutrina sobre como e de que forma ela opera tampouco como será a aceitação de suas decisões, principalmente no âmbito da Justiça Trabalhista, que assegura prerrogativas ao empregado, o que não cabe na arbitragem. Tal embate sempre existiu, no entanto com a criação da CNRD foi prevista em sua competência as lides trabalhistas.

Em tese, a criação da CNRD pela CBF, foi no intuito de afastar as demandas desportivas do Estado, o que sempre se almejou dentro da área. Ainda é um órgão novo que não teve o seu funcionamento explorado como objeto de estudo, mas em que pese a divergência com a lei arbitral, objetiva primar precipuamente pela celeridade, o que atende satisfatoriamente às lides a ela submetidas.

4 O TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE E SUA ATUAÇÃO

O Tribunal Arbitral do Esporte (TAS), Tribunal Arbitral du Sport em francês ou (CAS) Court of Arbitration for Sport em inglês, como também é conhecido, localiza-se na cidade de Lausanne na Suíça. Foi criado em 1983 pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), pelo então presidente Juan Antonio Samaranch. O estatuto do TAS foi aprovado em 1983, mas o Tribunal iniciou suas atividades no ano de 1984, após o Congresso Olímpico de Baden-Baden.

Este Tribunal funciona como a Suprema Corte do Esporte, é equiparado ao Supremo Tribunal Federal no Brasil, ou seja, é a última instância a se recorrer no que tange à seara desportiva. Aplica-se a arbitragem e a mediação na resolução dos conflitos. O TAS foi “constituído para resolver conflitos de natureza desportiva em âmbito global” (WAMBIER, 2016, p. 28).

O Tribunal Arbitral do Esporte é uma corte de arbitragem independente das Federações ou Comitês e tem sede na Suíça. Conforme prevê o Estatuto FIFA nos casos envolvendo suas decisões devem sempre ser aplicado seus estatutos e regulamentos e, onde houver omissão, a legislação suíça. Sua finalidade é dirimir conflitos desportivos por meio da arbitragem ou mediação e utilizando-se de um código próprio, o CODE, no qual existe a divisão arbitral ordinária e a divisão arbitral de apelação (que serve como sede de recurso para as decisões de Federações, Associações e Comitês que a reconhecem competentes para tal) (PRADO, 2012, p. 39).

Nos anos 80, o aumento no número de litígios internacionais envolvendo o desporto e a ausência de uma autoridade independente especializada em questões desportivas capaz de proferir decisões vinculantes fez com que as organizações desportivas questionassem o modelo até então vigente de resolução de disputas (SECKELMANN, 2017).

O presidente do COI à época, propôs uma organização jurídica, pois na Carta da instituição, ele era considerado como uma associação civil de direito internacional. Esta atecnia poderia trazer problemas para o comitê, uma vez que o mesmo preza por sua independência e autonomia frente aos poderes públicos nacionais e internacionais (OLIVEIRA, 2012).

Para essa tarefa de organização jurídica, o presidente do COI, convocou o magistrado da Corte Internacional de Justiça, que ficou encarregado da organização e reformulação jurídica do Comitê. Kebba Mbaye propôs a criação de um tribunal que

faria o julgamento das lides desportivas pela arbitragem. O presidente aceitou a proposta e então foi criado o TAS (OLIVEIRA, 2012).

Passando a entrar em funcionamento em 1984, o TAS foi criado com o intuito de afastar o julgamento de litígios envolvendo o desporto da justiça comum e criar um tribunal especializado em tais matérias, visando a resolução dessas controvérsias de forma eficiente, célere e flexível (SECKELMANN, 2017).

Os primeiros anos de existência do TAS não foram dos mais produtivos. Os casos de doping, bastante frequentes hoje em dia, só foram se intensificar a partir do final da década de 1980. As federações internacionais também não se mostraram prontamente dispostas a reconhecer a legitimidade do TAS. Um exemplo disso é o caso da Federação Internacional de Atletismo (IAAF) que se manteve distante do Tribunal até o ano de 2001 (CALIXTO, 2013, p. 44-45).

Com uma atuação ainda bastante tímida, o tribunal em seus primeiros anos julgou algumas causas e acabou sendo alvo de mais críticas, tendo em vista que não teria independência e autonomia necessárias para o desenvolvimento de uma função jurisdicional. Isso foi objeto de ação perante o Tribunal Federal Suíço, em 1993. Ficou reconhecido pelo poder judiciário naquela ocasião, a competência e configuração de um verdadeiro tribunal de arbitragem, afastando qualquer dúvida a respeito de seu funcionamento (OLIVEIRA, 2012).

Depois de alguns anos, novamente o tribunal foi alvo de críticas, envolvendo a mesma discussão. Sobreveio sentença do Tribunal Federal Suíço, reforçando a tese anterior, alertando, no entanto, o TAS para uma possível e salutar mudança, surgindo então o Conselho Internacional de Arbitragem em matéria esportiva, que substituiria o COI nas funções de manutenção e direção, deixando o tribunal independente deste (OLIVEIRA, 2012).

Muitos clubes levam suas demandas ao TAS, inclusive tem-se o relato de experiências com clubes brasileiros, como por exemplo o Esporte Clube Internacional, que recorreu até a Corte em 2014, com o caso Victor Ramos. O clube sustentava a alegação do não cumprimento das normas que regulamentam as transferências internacionais no futebol (OLIVEIRA, 2012).

As decisões proferidas pelo Tribunal norteiam os órgãos que regulam o esporte e até mesmo orientam a conduta de atletas, clubes e outros sujeitos envolvidos com a prática das mais diversas modalidades e com os negócios a elas vinculados (SORDI, 2015).

Em suma, pode-se afirmar que a função precípua do TAS é atuar na tentativa de uniformizar a jurisprudência, tirando esses casos da justiça comum, a fim de evitar a interferência estatal. Pode-se ressaltar que a Corte atende satisfatoriamente as lides a que ele são submetidas e em um tempo hábil.

4.1 Breve panorama

Cabe destacar primeiramente que o TAS é uma entidade privada e não governamental, ou seja, não sofre qualquer tipo de interferência. Esta instituição presta serviços de resolução de conflitos em questões relacionadas a esportes olímpicos, não olímpicos e controvérsias de caráter meramente comercial, desde que possua alguma ligação com o desporto (SECKELMANN, 2017).

Aplica-se à solução das controvérsias mediação e arbitragem. No caso daquela, ficam excluídas questões disciplinares e relacionadas ao doping. Visa-se que as partes cheguem mutualmente a um acordo com a ajuda de um mediador. Já no caso desta, submetem-se os litígios entre entidades ou pessoas relacionadas ao desporto, que prevejam em seus regulamentos e estatutos a possibilidade de submeter à arbitragem as disputas judiciais do desporto decorridas (PRADO, 2012).

Podem acionar e submeter suas ações ao TAS quaisquer entidades e pessoas físicas envolvidas com o desporto, tais como clubes, atletas, federações, agentes, patrocinadores, empresas, entre outros, não sendo necessariamente obrigatório que sejam filiadas à FIFA ou qualquer outra entidade desportiva (SECKELMANN, 2017).

A Suprema Corte Suíça definiu o TAS como um dos principais pilares do esporte organizado. Ainda, ressaltou o fato de não haver melhor alternativa que esta, pois passível de solucionar litígios ligados ao esporte de maneira diligente e acessível. Além de reconhecer a importância dele no setor desportivo atual, a Corte pacificou a discussão sobre a forma de constituição do tribunal arbitral, a suposta independência dos árbitros diante da limitação das partes ao escolher um árbitro através de uma lista pré-designada pelo próprio TAS (MUSSNICH, 2007).

Inicialmente, um número de árbitros constante do rol do TAS era indicado pelo COI. E como, muitas vezes, uma disputa contra o COI seria posta perante o Tribunal, a imparcialidade dos julgadores era questionada. Assim, a Corte Suíça entendeu que a estrutura de lista para indicação dos árbitros, embora pareça uma restrição à

liberdade das partes, é necessária e essencial para assegurar tanto a especialização dos julgadores como a coerência das decisões (MUSSNICH, 2007).

Vale ressaltar que a partir da atuação do Tribunal pode-se analisar não somente a realização de atos anteriores à ocorrência de um conflito, mas também a própria decisão de recorrer ao TAS para dirimir controvérsias, quando essas surgem. Cabe às partes a avaliação de elementos processuais e financeiros que compõem a apresentação de uma demanda perante o Tribunal, para que possam decidir se a realização de uma arbitragem nesse contexto constitui a melhor alternativa para solucionar o litígio ou não (SORDI, 2015).

Outrossim, o TAS é extremamente rígido no que se refere a disputas de sua jurisdição e competência. Já é pacífico que a previsão que permite que a parte remeta uma disputa ao Tribunal deve ser clara. Ou seja, se o dispositivo do estatuto da federação nacional não for claro na questão de remeter o conflito à Corte, a mesma não possuirá jurisdição para apreciar a disputa (SECKELMANN, 2017).

Novamente salienta-se que para haver a submissão do conflito ao Tribunal é imprescindível a existência de previsão expressa contratual, seja pela cláusula ou pelo compromisso arbitral, tendo em vista o princípio da liberdade contratual. As partes têm a liberdade de escolher como preferem resolver o conflito advindo da relação.

Impende destacar uma característica da Corte que muito se difere do modelo arbitral adotado no Brasil. Os árbitros podem conceder medida cautelar, sem que a parte tenha que se valer do poder judiciário para tanto, podendo o árbitro até mesmo suspender a eficácia de uma decisão sancionadora proveniente de uma federação desportiva internacional, enquanto a impugnação ou a apelação é apreciada (OLIVEIRA, 2012).

O Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e presidente da Academia Nacional de Direito Desportivo, Guilherme Caputo Bastos, afirmou em uma entrevista, que o Brasil será sede da Corte Arbitral do Esporte. A previsão de retomada do projeto para a implantação do Tribunal estava programada para o fim da pandemia, mas até o momento não há mais informações sobre o tema. O que é visto de forma positiva pelos profissionais da área, visto que poderá atender todas as demandas da América do Sul (KAMPFF, 2021).

4.2 Estrutura e funcionamento

O procedimento do TAS é regido pelo *Code: Procedural Rules*, elaborado com base nos artigos 176 a 194 do *Swiss Private International Law Act (PILA)*, sendo o ordenamento que governa toda a arbitragem internacional na Suíça. O Tribunal, além de possuir a função judicante e de apelação, também atua como órgão consultivo, como se verificará a seguir.

Composto por uma estrutura bicameral, ele é dividido em Divisão de Arbitragem Ordinária, destinada a julgar procedimentos de natureza comercial de única instância, sendo imprescindível a existência de cláusula compromissória no contrato ou posterior compromisso e a Divisão de Arbitragem de Apelação, encarregada de julgar procedimentos arbitrais em caráter recursal em última instância e rever decisões de órgãos desportivos (SECKELMANN, 2017).

Acerca da atuação do TAS como órgão de apelação, Oliveira (2012) salienta que é uma submissão convencionada pela cláusula compromissória, estabelecida em forma de estatuto, o que configura um contrato de adesão, visto que é estabelecido pela respectiva federação esportiva, ressalvada a particularidade de que a aprovação dos estatutos é feita de forma democrática.

Dessa forma, percebe-se que para o conflito chegar até a Corte Suíça, deve haver a cláusula expressa no contrato ou o compromisso arbitral, o que no mundo desportivo, verifica-se com frequência, pois as associações já estipulam em seus estatutos e regulamentos que qualquer disputa deverá ser resolvida pela arbitragem e o atleta aceita tal proposta ao assinar a respectiva declaração, previamente à competição (SECKELMANN, 2017).

Enquanto órgão consultivo, refere-se que o TAS pode ser consultado pelo COI, pelas federações internacionais, comitês olímpicos nacionais, Agência Mundial Antidopping, comitês organizadores dos jogos olímpicos e por qualquer associação reconhecida pelo COI, sobre qualquer questão vinculada ao esporte. Após a consulta, a Corte emite um parecer com o entendimento sobre o assunto (OLIVEIRA, 2012).

Salienta-se que o TAS também trabalha com a mediação, estabelecendo painéis relativos ao tema, além de desempenhar desde o ano de 1996 a função de Tribunal *ad hoc* durante os Jogos Olímpicos, oferecendo resoluções mais céleres e especializadas aplicadas ao caso concreto (CALIXTO, 2013).

Ademais, o TAS é composto de 20 membros dotados de notável saber jurídico e que são nomeados por um período renovável de quatro anos, a fim de assegurar a presença de todos os participantes do mundo do esporte, como as federações

desportivas internacionais, a associação dos comitês olímpicos, o próprio Comitê Olímpico Internacional e os atletas (OLIVEIRA, 2012).

Quanto às fontes utilizadas em suas decisões, o Código do TAS dispõe que o painel decidirá a disputa de acordo com as normas legais acordadas pelas partes ou, na ausência dela, conforme o direito suíço. Verifica-se que o Tribunal visa concatenar um conjunto de fontes que engloba desde princípios específicos do direito desportivo, como o *fair play*, princípios gerais de direito, até a sujeição a regulamentos próprios estabelecidos pelas federações (CALIXTO, 2013).

Destaca-se que o princípio da proporcionalidade é reiteradamente utilizado nas decisões do Tribunal, uma vez que ele é constantemente instado a se manifestar acerca da proporcionalidade das sanções impostas aos atletas, o que não se omite em se realizar. Cita-se o exemplo do caso da Federação Equestre Internacional (FEI), em foi usado o referido princípio para reduzir a pena de um competidor de oito para seis meses, o que viabilizou a participação do atleta nas Olimpíadas (CALIXTO, 2013).

Igualmente, utiliza-se do princípio da legalidade, como no julgamento do atleta praticante da modalidade *snowboard*, que havia conquistado a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Inverno de 1998, porém perdeu-a devido a decisão do COI pela detecção de maconha no exame de urina dele. Irresignado, ele recorreu ao TAS, que reformou a decisão sob o fundamento de que a vedação da maconha não estava prevista no Código Médico do COI. Logo, não poderia criar novas proibições (CALIXTO, 2013).

Outrossim, o Tribunal prima pela observância aos princípios próprios da prática esportiva, como a responsabilidade estrita, ou seja, independente de demonstração de culpa nos casos de doping de atletas e a proteção ao *fair play*, uma vez que são constantemente verificados na jurisprudência da Corte (CALIXTO, 2013).

A jurisprudência do Tribunal Arbitral do Esporte reforça as regras e princípios do direito desportivo internacional. Consta-se que é possível encontrar referência a princípios desenvolvidos a partir das decisões do TAS, como, por exemplo, a aplicação do critério da responsabilidade objetiva do atleta nos casos de dopagem, ou a impossibilidade de apelação das decisões tomadas no campo de jogo (SORDI, 2015).

Nessa linha, passou-se a considerar as decisões desta Corte como um corpo de normas denominado de *Lex sportiva*, eis que produzido em um pluralismo jurídico global sem a intervenção dos Estados. Cabe ressaltar que ela compreende não

somente as decisões do TAS de forma isolada, mas também sua interação com as regras incidentes sobre as relações no âmbito do desporto, bem como com elementos do próprio direito internacional (SORDI, 2015).

Cabe esclarecer o conceito de *Lex sportiva*, que diz respeito ao “conjunto de organizações (não estatais), suas normas e decisões vinculantes de conflitos relativos ao exercício do esporte profissional” (FORNASIER; SILVA, 2017, p. 442). Sordi (2015, p. 51) a conceitua como “ordem jurídica transnacional autônoma baseada na prática contratual e possuidora de organismos próprios que propiciam a emergência de mecanismos específicos”.

Dessa forma, de acordo com os conceitos expostos, pode-se inferir que o TAS atua de forma soberana e independente e acertadamente contribui para a formação da ordem jurídica desportiva global, visto que profere decisões baseadas em vários regramentos.

Observa-se a formação de uma rede de precedentes que revelam um conjunto de fontes que perpassam por diferentes origens que formam as bases para o desenvolvimento da *Lex sportiva*. Preceitos esses que advêm de vários lugares, como princípios gerais do direito, do direito suíço, normativas e regulamentos de federações que proporcionam ao TAS os fundamentos a serem aplicados ao caso concreto (CALIXTO, 2013).

As decisões do TAS são responsáveis pela harmonização da *Lex sportiva*, devido a sua posição destacada na ordem jurídico-desportiva, visto que possui capacidade de produzir os efeitos de suas próprias decisões e o alto número de organismos que se vinculam ao TAS possibilita uma concretização das decisões, de maneira multilocalizada, o que reforça o caráter transnacional (FORNASIER; SILVA, 2017).

A arbitragem perante o Tribunal Arbitral do Esporte é considerada menos onerosa em comparação aos outros procedimentos de resolução de disputas na esfera internacional. A análise dos custos e benefícios somente poderá ser realizado diante de um caso concreto. Primeiramente, há as custas de apresentação da demanda que é tabelada pela Corte. Além disso, tem-se as custas administrativas, que são proporcionais ao valor em discussão e deverão ser pagas de antecipadas, divididas igualmente por cada parte (SORDI, 2015).

As despesas relativas à perícia e ao intérprete são de responsabilidade de quem as invocou. Cabe mencionar que os idiomas de trabalho do Tribunal Arbitral do

Esporte são o francês e o inglês. Caso as partes desejem que o procedimento seja conduzido de acordo com a sua língua de origem e diversa das que a Corte trabalha, estas deverão arcar com as despesas de tradução, como em português, por exemplo (SORDI, 2015).

A análise de jurisdição pelo Painel do TAS, conforme o princípio *kompetenz-kompetenz*, é dividida em três categorias, em razão da pessoa, do tempo e da matéria. Vale destacar que a jurisdição em função da pessoa possui um aspecto processual bem como substantivo de difícil constatação (SECKELMANN, 2017).

Quando há a atuação *Ad Hoc*, a entrega da decisão final deve ocorrer dentro de 24 horas, contadas do momento em que o caso chega ao conhecimento do Tribunal. Isso garante o principal escopo do procedimento, que é a celeridade no desenvolvimento do processo e de forma bastante peculiar, já que se preza pela celeridade e eficácia. Importante notar que não se deixa de observar as garantias das partes, contraditório, ampla defesa, equidistância dos julgadores e a imparcialidade nas suas decisões (OLIVEIRA, 2012).

Portanto, conforme visto, o Tribunal Arbitral do Esporte, além de ser o órgão especializado para resolver os conflitos desportivos, exerce o papel de produção e aplicação da *Lex Sportiva*. Acredita-se que em breve, o Brasil será referência na resolução destes litígios na América do Sul, visto que está prevista a implantação de uma sede do TAS no país. O que é de suma importância para atender a demanda do continente e com uma redução de custos em comparação à Suíça.

4.3 Estudo de caso¹

As sentenças arbitrais proferidas pelo TAS, são divididas em tópicos, redigidas de forma clara, a fim de facilitar a compreensão. Primeiramente, no cabeçalho, há a identificação do caso, com o número que o Tribunal o identifica. Logo abaixo, há o nome do árbitro, seguido das palavras-chave. Também há um resumo dos fatos e a descrição das partes. Depois há a fundamentação.

O caso que será analisado neste item, a fim de elucidar a atuação do Tribunal, é o CAS 2018/A/6023. Ele versa sobre o conflito entre dois clubes de futebol, o

¹ Todo este item refere-se à análise da sentença arbitral CAS 2018/A/6023 Cruzeiro E.C. v. Club Tigres, award of 8 April 2019 (TRIBUNAL ARBITRAL DU SPORT, 2019, <https://jurisprudence.tas-cas.org/Shared%20Documents/6023.pdf>).

Cruzeiro Esporte Clube, brasileiro e o *Club de Fútbol Tigres de la UANL*, mexicano. A decisão foi proferida por apenas um árbitro, o chileno, Juan Pablo Arriagada Aljaro.

Inicialmente, em 21 de junho de 2016, o Cruzeiro enviou uma carta ao Tigres, confirmando o interesse na transferência definitiva de um jogador, oferecendo uma taxa de 4 milhões de dólares. Celebrou-se o contrato de transferência, no qual o jogador foi transferido do Tigres ao Cruzeiro.

Importante observar que no contrato havia uma cláusula dispondo que qualquer disputa ou controvérsia proveniente dele deveria ser dirimida pelo FIFA *Players' Status Committee* (FIFA PSC). E eventual recurso, seria dirigido ao Tribunal Arbitral do Esporte em Lausanne, Suíça.

No entanto, o Tigres entrou com uma reclamação perante o FIFA PSC, contra o Cruzeiro, reivindicando o pagamento de 1 milhão de dólares correspondente à quarta parcela do Contrato de Transferência, mais juros à taxa de 5% ao mês a partir de 2 de novembro de 2017. A pretensão do Tigres foi acolhida. Diante disso, o Cruzeiro recorreu ao TAS, no intuito de anular tal decisão e confirmar que os juros moratórios incidentes sobre a quarta parcela devida seria de 4% ao ano a partir de 21 de março de 2018.

Posteriormente, em Janeiro de 2019, o escritório do tribunal notificou as partes que Juan Pablo Arriagada Aljaro, advogado em Santiago, Chile, foi nomeado árbitro no caso. Nenhuma objeção foi levantada quanto à nomeação dele. Em Suma, no caso o árbitro analisou qual a taxa de juros deveria ser aplicada a este montante em dívida e a partir de qual data a taxa de juro deveria ser calculado.

Na decisão, primeiramente, o árbitro observou que havia uma discrepância entre a versão em inglês e a versão em português da cláusula 2.3 do Contrato de Transferência. A versão em inglês previa juros de 4% ao mês até a data do pagamento enquanto que na versão em português estava previsto juros de mora de 4% ao ano.

Em sequência, o árbitro considerou que o contrato de transferência era claro em estabelecer o idioma inglês como a versão prevalecente em caso de qualquer conflito entre as partes. Ademais, a cláusula 11.1 afirmava, em termos inequívocos, que “[...] a versão em inglês será o único documento válido e vinculativo que reflete o Contrato entre as partes e regerá qualquer disputa sobre os termos e obrigações decorrentes deste Contrato”.

Portanto, com base na linguagem cristalina do contrato, o árbitro decidiu que a versão em inglês prevalece e a taxa de juros de mora aplicável é a de 4% ao mês. Ele

fundamentou com base no princípio do *in dubio contra stipulatorem*, que estabelece que a interpretação de uma cláusula que é ambígua sempre deve ser em prejuízo da parte que redigiu a cláusula controvertida.

Em outras palavras, o contrato foi redigido pelo Cruzeiro, logo, em qualquer caso de dúvida entre as versões do inglês e do português, a interpretação deveria ser contra o Cruzeiro, ou seja, a favor do Tigres. Conforme foi o entendimento do árbitro do caso que assim acabou decidindo, ratificando a decisão anterior do juiz do PSC.

Ademais, o árbitro entendeu que não existiam elementos objetivos no caso que indicasse que a verdadeira intenção das partes era fixar uma taxa de juros de mora de 4% ao ano, como alegava o Cruzeiro, mas sim uma taxa de 4% ao mês, tal como foi o entendimento do juiz singular da FIFA.

Embora a cláusula 11.1 do Contrato de Transferência estipulasse que a versão em inglês deveria prevalecer sobre o português, as partes nunca pretenderam fixar uma taxa de juros de mora de 4% ao mês. Logo, o árbitro entendeu que a versão em inglês não refletia a verdadeira e real vontade dos contratantes.

Além disso, fundamentou no artigo 18, parágrafo 1º, do Código Suíço de Obrigações, que diz que quando a interpretação de um contrato está em disputa, o juiz tem que buscar a verdadeira intenção das partes sem se debruçar sobre quaisquer declarações inexatas ou incorretas que possam ter sido usado por engano ou para disfarçar a verdadeira natureza do acordo. E, quando a real intenção das partes não puder ser estabelecida, o contrato deve ser interpretado de acordo com o requisito da boa-fé.

Por fim, o árbitro manteve a decisão do juiz singular da FIFA PSC, que determinou que o Cruzeiro pagasse a quarta parcela prevista no Contrato de Transferência, ou seja, de 1 milhão de dólares. Quanto a taxa de juros, condenou o Cruzeiro ao pagamento de juros moratórios à taxa de 5% ao ano sobre o valor em aberto de 1 milhão de dólares em 2 de novembro de 2017. Rejeitando, assim, o recurso do Cruzeiro.

Da análise deste caso que foi julgado pelo Tribunal, depreende-se que a estrutura da sentença é semelhante à judicial. No exame do mérito, o árbitro valeu-se da *Lex sportiva*, ou seja, fundamentou com base no princípio do *in dubio contra stipulatorem*, que integra os princípios gerais do direito e no Código Suíço de Obrigações. Além de explicitar os termos firmados no acordo. Observa-se que havia

a previsão contratual de que a versão em inglês prevaleceria sobre a em português, o que foi aplicado pelo árbitro ao caso em concreto.

Conforme se constata, a decisão do árbitro foi coesa e bem fundamentada, visto que trouxe na sentença cada ponto alegado pelo o clube brasileiro Cruzeiro, ora denominado como apelante. Ao final, foi mantida a decisão proferida pelo juiz singular da FIFA PSC, que condena o Cruzeiro ao pagamento de juros moratórios à taxa de 5% ao ano sobre 1 milhão de dólares ao Tigres.

5 CONCLUSÃO

Com a Constituição Federal de 1988 o desporto passou a ter relevância e a partir daí iniciar-se a criação de um sistema desportivo nacional até ter-se a estrutura organizada que se apresenta hoje. Dada a sua importância, o desporto propagou-se como um fenómeno mundial, hoje movimentando significativamente a economia global.

Nota-se que com a transformação do desporto, o próprio Direito Desportivo solidificou-se enquanto matéria autónoma. Atualmente, a disciplina não integra a grade curricular de ensino dos cursos jurídicos como obrigatória. É ofertada como optativa em algumas instituições de ensino. Por outro lado, verifica-se que há um amplo campo de pesquisa internacional nessa área, como mestrado e doutorado, principalmente nos Estados Unidos. No Brasil, constata-se a existência de especializações na área. Quanto à atuação profissional, destaca-se que existem advogados que trabalham em escritórios especializados na matéria.

O Brasil, um país conhecido pela paixão ao futebol, criou a Justiça Desportiva, que apresenta como principal característica a autonomia, uma vez que não integra o Poder Judiciário. Regulada pela Lei 9615/98, denominada “Lei Pelé”. Assim, ela se detém ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas.

Outra característica bastante peculiar que se nota no desporto é a busca latente pela não intervenção estatal, como se evidencia pelo próprio teor do artigo 217 da CF, mas também nos estatutos da FIFA e da CBF, os quais vedam expressamente o ingresso ao Judiciário, primando pela resolução de conflitos pela mediação e arbitragem.

No Brasil, a CBF tentou otimizar e concentrar a resolução dos conflitos com criação da CNRD, em 2016, que aplica a mediação e arbitragem às disputas desportivas. No entanto, observa-se que tal tentativa restou inexitosa. A atuação da Câmara sofre críticas pelos autores, pois não segue o rito estabelecido pela lei de arbitragem, ou seja, atua sem respaldo legal e o procedimento assemelha-se ao da mediação.

A arbitragem afigura-se como um método eficaz de resolução de litígios, sendo hoje mundialmente aceita, em que designa-se um árbitro para resolver o conflito. Com o sucesso da arbitragem no campo desportivo e face a necessidade de ter-se um

órgão especializado na resolução de disputas desportivas, criou-se o Tribunal Arbitral do Esporte (TAS), considerado uma das principais evoluções do meio desportivo, conhecido como a “última instância desportiva”.

As sentenças arbitrais proferidas pelo TAS dão as diretrizes a serem seguidas pela jurisprudência da FIFA e das demais associações nacionais, atuando como legítimo tribunal superior a nível mundial nesta área. Nesse passo, ele mantém a uniformização da *Lex sportiva*, que é o conjunto normativo desportivo global, sem a intervenção estatal. Além da função contenciosa, o TAS também atua emitindo pareceres, como órgão consultivo, para as entidades que o procuram.

Face a expertise em resolver as disputas relacionadas com o desporto a nível mundial, o TAS passou a ser mundialmente reconhecido pelas entidades e associações desportivas. Dessa forma, elas passaram a inserir em seus estatutos e regulamentos, a previsão da convenção arbitral, na qual se reconhece a competência do tribunal para julgar, em grau de recurso, as decisões proferidas pelos órgãos jurisdicionais ordinários.

Nesse trabalho, objetivou-se demonstrar a importância do desporto, explanar acerca do conceito da arbitragem bem como as suas peculiaridades, evidenciar o funcionamento da Justiça Desportiva Brasileira e esclarecer o funcionamento do TAS, inclusive fazendo um estudo de caso de uma sentença arbitral proferida pela Corte a fim de ilustrar a atuação dela.

Ao final, concluiu-se que o TAS cumpre com o seu papel de órgão máximo na seara desportiva satisfatoriamente. Pelo estudo de caso feito pode-se constatar que os árbitros são qualificados, o procedimento segue as diretrizes traçadas pela lei 9307/96 e as decisões são equânimes e bem fundamentadas. Além de prevalecer a autonomia das partes na escolha pelo recurso ao TAS, pois só é julgado o conflito se houver a cláusula ou o compromisso arbitral prevendo tal hipótese, que está cada vez mais presente nos contratos desportivos, visto a reconhecida expertise do Tribunal.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. F; SILVA, L. R.M. Câmara Nacional de Resolução de Disputas - Método Alternativo de Conflitos no Futebol. *Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflito*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 80-95, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistasolucoesconflitos/article/view/1571/2032>. Acesso em 20 mar. 2022.
- ARENHART, Sergio Cruz. Breves observações sobre o procedimento arbitral. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, a. 10, n. 770, 12 ago. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7161/breves-observacoes-sobre-o-procedimento-arbitral>. Acesso em: 6 maio 2022.
- BARREIROS NETO, Jaime. Anotações sobre a justiça desportiva no Brasil. *Direito desportivo: temas selecionados*. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010. Disponível em: http://srv24.teste.website/~faculd27/wp-content/uploads/2020/06/Direito-Desportivo_compressed.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.
- BARROS, Marcelo Jucá. *Justiça desportiva e suas decisões: estudo de casos*. São Paulo: Quartier Latin, 2017.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988: arts. 193 a 232. 2 ed. atualizada. São Paulo: Saraiva, 2000. v. 8.
- BICHARA & MOTTA ADVOGADOS. Nossa Equipe. *Bichara & Motta, [s.l.]*, 2021. Disponível em: <https://www.bicharaemotta.com.br/nossa-equipe/>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BOGDAN, Felipe Branco. *A Justiça desportiva e o poder judiciário: uma análise à luz do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33839-44319-1-PB.pdf>. Acesso em: 14. out. 2021.
- BOTTESELLI, Ettore. Arbitragem comercial internacional: arbitragem "ad hoc" e arbitragem institucional. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, a. 17, n. 3437, 28 nov. 2012. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/23124/arbitragem-comercial-internacional-arbitragem-ad-hoc-e-arbitragem-institucional>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- BRASIL. *Código Brasileiro de Justiça Desportiva*. BDD Instituto Brasileiro de Direito Desportivo. São Paulo: IOB, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/esporte/tjdad/arquivos/codigo_brasileiro_justica_desportiva.pdf. Acesso em: 03 out. 2021.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998*. Institui sobre normas gerais do desporto. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm. Acesso em 20 out. 2021.

BROWN, S.; CERVENAK, C.; FAIRMAN D. *Alternative dispute resolution practitioners guide*. *USAID [online]*, [1990-2000]. Disponível em: <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1868/200sbe.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CALIXTO, Vinícios Machado. *A afirmação da lex sportiva como uma ordem jurídica transnacional autônoma*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6788/1/2013_ViniciusMachadoCalixto.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ, Perguntas mais Frequentes FAQ. *Câmara de Comércio Brasil-Canadá, [s.l.]*, 2022. Disponível em: <https://ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/resolucao-de-disputas/perguntas-mais-frequentes-faq/>. Acesso em: 13 mar 2022.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. *Tabela de despesas, Câmara de Comércio Brasil-Canadá, [s.l.]*, 2022. Disponível em: <https://ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/resolucao-de-disputas/arbitragem/tabela-despesas-calculadora-2019/>. Acesso em: 13 mar 2022.

CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL (CAMANI). *A Importância da Arbitragem no esporte (e não estou falando do Juiz do jogo)*. *Câmara de Mediação e Arbitragem Nacional e Internacional [online]*. Disponível em: <https://camani.com.br/Arbitragem-no-Esporte/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CÂMARA NACIONAL DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS. *Boletim da CNRD*. Rio de Janeiro, RJ: Câmara Nacional de Resolução de Disputas, out. 2026 a maio 2020. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202007/20200716214817_599.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e jurisdição. *Revista de Processo*, Thomson Reuters, v. 58, p. 33-40, abr./jun. 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/293080/mod_resource/content/0/CARMONA%20-%20Arbitragem%20e%20jurisdi%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 01 maio 2022.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, T. *et al.* Posição oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: atividade física e saúde. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, São Paulo, v. 2, n. 4, 9. 79-81, out/dez 1996. Disponível em: http://saudeemovimento.net.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/265_2014-07-07.PDF. Acesso em 12 out. 2021.

COELHO, Priscila Firmino. *Justiça desportiva no Brasil: uma análise sobre a inafastabilidade da jurisdição do poder judiciário em matéria desportiva*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39364>. Acesso em: 13 out. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. *Estatuto 2021*. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Futebol, 2021. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202108/20210809211122_738.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. *Impacto do Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Futebol, 2019. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201912/20191213172843_346.pdf. Acesso em: 14. out. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. *Regulamento da Câmara Nacional de Resolução de Disputas*. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Futebol, 2016. Disponível em: <http://www.cbf.com.br/a-cbf/cnrd/regulamento-da-cnrd#.V-VWjvArK00>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números 2021*. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-justica-em-numeros2021-12.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

COOLEY, John. *Advocacia na Mediação*. Brasília: UNB, 2001.

COSTA, Pedro Belchior. *Métodos Alternativos para a Resolução de Conflitos no Desporto: A Arbitragem*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k216504.pdf. Acesso em: 1 maio 2022.

DECAT, Scheyla Althoff. *Direito Processual Desportivo*. Belo Horizonte: DelRey, 2014.

DECAT, Scheyla Althoff. Prolegômenos para o surgimento de um Direito Processual Desportivo. *Revista Científica Virtual da Escola Superior de Advocacia da OAB SP*, São Paulo, a. IV, n. 10, 2012. Disponível em: <http://www.esaoabsp.edu.br/ckfinder/userfiles/files/RevistaVirtual/REVISTA10.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

DOLINGER, Jacob. *Conciliação e Arbitragem no Direito Judaico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

EZABELLA, Felipe Legrazie. Justiça Desportiva X Juízo Arbitral. *Instituto Brasileiro de Direito Desportivo*, [s.l.], 28 jan. 2021. Disponível em: https://ibdd.com.br/justica-desportiva-x-juizo-arbitral/#_ftn11. Acesso em: 20 mar. 2022.

FACHADA, Rafael Terreiro. *Direito desportivo: uma disciplina autônoma*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

FALCÓN, Álvaro Martín da Silva. Autonomía del Derecho Desportivo. In: BARREIROS NETO, J; JORDÃO, M. (orgs.). *Direito Desportivo: temas seleccionados*. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010. p. 13-28. E-book. Disponível em: http://srv24.teste.website/~faculd27/wp-content/uploads/2020/06/Direito-Desportivo_compressed.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL (FIFA). *Estatuto*. Zurique, Suíça: Federação Internacional de Futebol, maio de 2021. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/1c1b09370e3d5dbe/original/FIFA-Estatutos-2021.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

FERRARI, Isabela. *Justiça digital*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

FICHTNER, J. A.; MANNHEIMER, S.N.; MONTEIRO, A.L. *Teoria Geral da Arbitragem*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019.

FORLIN, Marcio Castro. *Justiça desportiva: Organização, jurisdição e competência*. 2007. 79 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Marcio%20de%20Castro%20Forlin.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

FORNASIER, M.O; SILVA, T.S. Arbitragem E Lex Sportiva: o Caso do Tribunal Arbitral do Esporte (TAS). *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 437-459, maio/dez. 2017. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/28759>. Acesso em: 27 abr. 2022.

GARCIA, Melissia Mendes. *Arbitragem e justiça desportiva: uma análise da atuação do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Maranhão*. 95p. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário UNDB, São Luís, 2019. Disponível em: <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/browse?type=author&value=PEREIRA%2C+M%C3%A1rcia+Andr%C3%A9+Ferreira>. Acesso em: 03 out. 2021.

GOLDBERG, S.B.; SANDER, F.E.A.; ROGERS, N.H. *Dispute Resolution: Negotiation, Mediation and Other Processes*. 2. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1992.

JACINTO, R; MALTA, P. Desporto, Sociedade e Território: o futebol na região centro. *Cadernos de Geografia*, n. 12, 1993. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/40645/1/Desporto%2C%20sociedade%20e%20territorio.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

KAMPFF, Andrei. Sede do TAS no Brasil é conquista para atletas e para a ciência. *UOL, Lei em Campo*, [s.l.], 25 maio 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/lei-em-campo/2021/05/25/sede-do-tas-no-brasil-e-conquista-para-atletas-e-para-a-ciencia.htm>. Acesso em: 30 abr. 2022.

KNIGHT, Brett. The world's 10 highest-paid athletes. *Forbes*, SportsMoney, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/brettknight/2021/05/12/the-worlds-10-highest-paid-athletes-conor-mcgregor-leads-a-group-of-sports-stars-unfazed-by-the-pandemic/?sh=28525e0126f4>. Acesso em: 12 out. 2021.

LEMES, Selma Ferreira. Arbitragem princípios jurídicos fundamentais: direito brasileiro e comparado. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 29, n. 115, p. 441-468, jul./set. 1992.

LIMA, Adriely Nascimento. *Convenção Arbitral*: cláusula compromissória e compromisso arbitral [online]. Disponível em: <http://www.direito.ufes.br/sites/direito.ufes.br/files/field/anexo/Semin%C3%A1rio%2030.07%20-%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20de%20arbitragem.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática, 2007.

LYRA FILHO, João. *Introdução à sociologia dos desportos*. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1973.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. A Lei Pelé e os Problemas do Passe Livre. *Revista Jurídica Virtual*, Brasília, v. 2, n. 19, p. 1-3, dez. 2000. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MELO FILHO, Álvaro. *Direito desportivo no liminar do século XXI*. Fortaleza: Ed.ABC Fortaleza, 2000.

MELO FILHO, Álvaro. *Direito Desportivo: aspectos teóricos e práticos*. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

MELO FILHO, Álvaro. *Novo regime jurídico do desporto*. Brasília: Ed. Brasília Jurídica, 2001.

MELO FILHO, Álvaro. *O novo direito desportivo*. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

MORAIS, J.B.; SPENGLER, F.M. *Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição!* 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

MORRONE, Vinícius Loureiro. Justiça comum ou justiça desportiva? Há vedação a acesso à Justiça comum no futebol? *Lei em Campo [online]*, 2019. Disponível em: <https://leiemcampo.com.br/justica-comum-ou-justica-desportiva/>. Acesso em: 19 out. 2021.

MUNIZ, Joaquim de Paiva. Escolha de norma material em arbitragem. In: MOTA JÚNIOR, A. et al. *Manual de arbitragem para advogado*. [S. l.]: ed. Lígia Uchôa, 2016. p. 42-47. E-book. Disponível em: <https://cacb.org.br/wp-content/uploads/2019/01/manual-de-arbitragem-para-advogados.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

MUSSNICH, Francisco Antunes Maciel. A Arbitragem no Direito Desportivo: A Câmara de Resolução de Disputas da FIFA e o Tribunal Arbitral do Esporte. In: MACHADO, Rubens Approbato *et al.* (coord.). *Curso de Direito Desportivo Sistêmico*. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p. 496-513.

NAGEL, S.S.; MILLS, M.K. *Systematic analysis in dispute resolution*. New York: Quorum Book, 1991.

NAHUM, Eric Gariglio. O acesso dos clubes de futebol na justiça comum, é possível? *Universidade do Futebol [online]*, 27 fev. 2021. Disponível em: <https://universidadedofutebol.com.br/2021/02/27/o-acesso-dos-clubes-de-futebol-na-justica-comum-e-possivel/>. Acesso em: 19 out. 2021.

NALINI, José Renato. O judiciário, a eficiência e os Alternative Dispute Resolution (ADR). *Revista Direito e Liberdade*, Natal, v. 20, n. 1, p. 55-66, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Dir-e-Liberd_v.20_n.01.03.pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

NETO, Eugênio Facchini. ADR (Alternative Dispute Resolution) – meios alternativos de resolução de conflitos: Solução ou problema?. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, [s. l.], v. 5, n. 17, p. 118–141, 2011. Disponível em: <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/351>. Acesso em: 8 maio 2022.

NEVES, Carlos Eduardo de Souza. *Aspectos destacados da justiça desportiva no Brasil*. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, São José, 2005. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Carlos%20Eduardo%20de%20Souza%20Neves.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

NOLASCO, Carlos. As jogadas jurídicas do desporto ou o caráter pluralista do direito do Desporto. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 2001. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/40609>. Acesso em 10 out. 2021.

OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de. O Tribunal Arbitral do Esporte: Análise Jurídica e Política. *Revista Brasileira de Direito Desportivo*, v. 21, p. 127-141, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5808634/mod_folder/content/0/OLIVEIRA%20C%20Leonardo%20Andreotti%20Paulo%20de.%20O%20Tribunal%20Arbitral%20do%20Esporte%20-%20An%C3%A1lise%20Jur%C3%ADdica%20e%20Pol%C3%ADtica.%20Revista%20Brasileira%20de%20Direito%20Desportivo%2C%20v.%2021%2C%20p.%20127-141%2C%202012..pdf?forcedownload=1. Acesso em: 30 abr. 2022.

PASA, Glauco. Advogados do Inter chegam à Suíça para audiência do caso Victor Ramos. *GE Globo*, Futebol, 03 abr. 2017. Disponível em: <http://ge.globo.com/rs/futebol/noticia/2017/04/advogados-do-inter-chegam-suica-para-audiencia-do-caso-victor-ramos.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PEREIRA, Ana Lúcia. A função das entidades arbitrais. In: MOTA JÚNIOR, A. *et al.* *Manual de arbitragem para advogados*. [S. l.]: ed. Lígia Uchôa, 2016. p. 88-95. *E-book*. Disponível em: <https://cacb.org.br/wp-content/uploads/2019/01/manual-de-arbitragem-para-advogados.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

PEREIRA, Mohara Coimbra do Nascimento de Sá. *Câmara Nacional de Resolução de Disputas: “inovação ou retrocesso? Aspectos gerais”*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/10759>. Acesso em 19 mar. 2022.

PRADO, Daniel Peralta. *Normas Desportivas Internacionais: FIFA, CBF e Legislação Brasileira*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31313/DANIEL%20PERALTA%20PRADO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 maio 2022.

RAMOS, R.T.; MIZUTORI, A.C. Aos interessados por direito desportivo. *Lei em Campo*, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://leiemcampo.com.br/direito-esportivo-nas-faculdades/>. Acesso em: 12 out. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Agravo de Instrumento nº 70067033001*. Agravo de instrumento. Direito privado não especificado. Justiça desportiva. Necessidade de esgotamento da via administrativa. Recurso a que se nega seguimento. Decisão monocrática. Agravante: Giovane Fernando Pick. Agravado: Federação Gaúcha de Automobilismo. Relator: Desa Walda Maria Melo Pierro. Porto Alegre, 01 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php. Acesso em: 22 out. 2021.

SABO, Vera Lucia. *Utilização da Lei de Arbitragem no contrato de trabalho do atleta profissional do futebol*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SANT'ANA, Kilsy Rosi Barbosa Corrêa. *O papel dos tribunais de justiça desportiva*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Anhanguera, Leme/SP, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/39313898/O_PAPEL_DOS_TRIBUNAIS_DE_JUSTI%C3%87A_DESPORTIVA. Acesso em: 11 out. 2021.

SANT'ANA, Kilsy Rosi Barbosa Corrêa. *O papel dos tribunais de justiça desportiva*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Anhanguera, Leme/SP, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/39313898/O_PAPEL_DOS_TRIBUNAIS_DE_JUSTI%C3%87A_DESPORTIVA. Acesso em: 11 out. 2021.

SANT'ANA, L. J.; SOUZA, G. L. P. *Direito Desportivo mapas mentais*. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. *Apelação com revisão 001548806.1997.8.26.0000*. Suspensão esportiva - Desnecessidade de esgotamento administrativo - Princípio do amplo acesso ao Judiciário - Princípio da ampla defesa não atendido - Litigância de má-fé não caracterizada - Recurso não provido. Apelante: Federação de Automobilismo de São Paulo. Apelado: Rodrigo Ferraz. Relator: Desa. Mattos Faria. São Paulo, 11 de agosto de 1988. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=1292343&cdForo=0>. Acesso em: 22 out. 2021.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. *Manual de arbitragem: mediação e conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SCHIMIT, Paulo Marcos. *Código Brasileiro de Justiça Desportiva: comentários e legislação – em defesa da ética e da qualidade do esporte*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2004.

SECKELMANN, Udo Varejão. *A Competência do Tribunal Arbitral do Esporte (TAS/CAS) em Questões de Natureza Disciplinar Decididas em Âmbito Nacional*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31448/31448.PDF>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SHONK, Katie. O que é a Resolução Alternativa de Disputas? *Program on negotiation Harvard Law School*, Cambridge/USA, 01 dez. 2020. Disponível em: <https://www.pon.harvard.edu/daily/dispute-resolution/what-is-alternative-dispute-resolution/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SILVA, Érika Maria Mendonça da. *Iniciação esportiva: um compromisso social com o desporto no Brasil*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31463/31463.PDF>. Acesso em: 18 out. 2021.

SOARES, Fernanda. Os pedidos de incompetência da CNRD batem na trave na justiça comum. *Lei em Campo*, [s.l.], 8 mar. 2021c. Disponível em: <https://leiemcampo.com.br/os-pedidos-de-incompetencia-da-cnrd-batem-na-trave-na-justica-comum/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SOARES, Fernanda. Os princípios da Justiça Desportiva. *Lei em Campo*, [s.l.], 31 ago. 2020a. Disponível em: <https://leiemcampo.com.br/os-principios-da-justica-desportiva/>. Acesso em: 19 out. 2021.

SOARES, Fernanda. Teria a Justiça Desportiva meios para resguardar-se de decisões arbitrárias da Justiça Comum? *Lei em Campo*, [s.l.], 6 jul. 2020b. Disponível em: https://leiemcampo.com.br/teria-a-justica-desportiva-meios-para-resguardar-se-de-decisoes-arbitrarias-da-justica-comum/#_ftn3. Acesso em: 19 out. 2021.

SOARES, J.P. *et al.* O interesse público do desporto das organizações desportivas sem fins lucrativos que são apoiadas pela administração pública. Sociocultural,

Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 3, n. 30, p. 675-688, jul./set. 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbefe/a/8tFqmLtJksjksW3Y6HcdC3B/abstract/?lang=pt>.
 Acesso em 28 out. 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Atividade física na infância e na adolescência: guia prático para o pediatra. *Sociedade Brasileira de Pediatria*, Rio de Janeiro, mar. 2008. Disponível em
<http://www.sbp.com.br/src/uploads/2015/02/9667d-DOC-CIENT-AtivFisica.pdf>.
 Acesso em 21 out. 2021.

SOUZA, Caio Pompeu Medauar de. *Radiografia Sumária da Justiça Desportiva: Uma Visão de Política Desportiva Disciplinar a Partir da Atuação da Procuradoria de Justiça Desportiva nos Últimos 12 Anos*. *Revista Científica Virtual da Escola Superior de Advocacia da OAB SP*, São Paulo, a. IV, n. 10, 2012. Disponível em:
<http://www.esaoabsp.edu.br/ckfinder/userfiles/files/RevistaVirtual/REVISTA10.pdf>.
 Acesso em: 18 out. 2021.

SOUZA, Pires. *Direito desportivo*. Belo Horizonte: Arraes, 2014.

SORDI, Paulo de Castro Moreira. *A arbitragem e a resolução de litígios no âmbito desportivo: estrutura, procedimento e consequências da atuação do Tribunal Arbitral do Esporte*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/127921>. Acesso em: 2 maio 2022.

SPENGLER, F.M; Saraiva, A.C. Meios alternativos de solução de conflitos: conciliação, mediação e arbitragem como formas de desburocratizar o judiciário, à luz do novo código de processo civil. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA*, 16; MOSTRA INTERNACIONAL DE TRABALHOS CIENTÍFICOS, 12., 2019, Santa Cruz do Sul. *Anais eletrônicos* [...]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019. Disponível em:
<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/19645>. Acesso em: 07 mar. 2022.

SPENGLER, Fabiana Marion. *(Des)caminhos do Estado e da jurisdição*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017. *E-book*. Disponível em:
[https://www.esserenelmondo.com/pt/direito-\(des\)caminhos-do-estado-e-da-jurisdiacao-ebook116.php](https://www.esserenelmondo.com/pt/direito-(des)caminhos-do-estado-e-da-jurisdiacao-ebook116.php). Acesso em: 17. nov. 2021.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Da Jurisdição à Mediação: por uma outra cultura no tratamento de conflitos*. Ijuí: Editora Unijuí, 2010.

STIPANOWICH, Thomas. The International Evolution of Mediation: A Call for Dialogue and Deliberation. *Pepperdine University Legal Studies Research*, Malibu/USA, n. 2016/1, p. 1191-1242, 2015. Disponível em:
<https://ssrn.com/abstract=2712457>. Acesso em: 17 mar. 2021.

TRIBUNAL ARBITRAL DU SPORT. Tribunal Arbitral du Sport. *Arbitration CAS 2018/A/6023 Cruzeiro E.C. v. Club Tigres*, award of 8 April 2019. Pursuant to Art. 18 para. 1 of the Swiss Code of Obligations (“SCO”), it is necessary for the adjudicating body to seek the true and mutually agreed upon intention of the parties, without regard to incorrect statements or manner of expression used by the parties by mistake or in order to conceal the true nature of the contract, or, if this assessment of the parties’ real intention is not possible, to interpret the contract in accordance with the requirement of good faith. 2. The principle in dubio contra stipulatorem establishes that the interpretation of a clause that is unclear or ambiguous shall be to the detriment of the party who drafted the clause at issue. Parties: Cruzeiro Esporte Clube; Club de Fútbol Tigres de la UANL. Panel: Mr Juan Pablo Arriagada (Chile), Sole Arbitrator, 8 April. 2009. Disponível em: <https://jurisprudence.tas-cas.org/Shared%20Documents/6023.pdf>. Acesso em: 04 maio 2022.

TREVISAN, Polyana Tybuchsky. Arbitragem no Direito Desportivo. *Câmara de arbitragem mediação de Santa Catarina*, Santa Catarina, 3 abr. [202-?]. Disponível em: <https://www.camesc.com.br/arquivos/2341#:~:text=Dessa%20forma%2C%20no%20Brasil%2C%20%C3%A9%20necess%C3%A1rio%20estabelecer%20uma,contratos%20de%20disputas%20comerciais%20e%20transfer%C3%AAncia%20de%20atletas>. Acesso em: 13 mar. 2022.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Estudos Brasileiros sobre o esporte*. Maringá: Eduem, 2010.

UNIVERSITY OF MIAMI. LLM in Sport Law. *University of Miami*, Miami, 2021. Disponível em: <https://www.law.miami.edu/academics/llm/entertainment-arts-sports-law>. Acesso em: 10 out. 2021.

UNIVERSITY OF MICHIGAN. Sport Management PhD Program. *University of Michigan*, Michigan, 2021. Disponível em: <https://www.kines.umich.edu/academics/sport-management/phd>. Acesso em: 10 out. 2021.

VARGAS, A. *et al. Direito e legislação desportiva: uma abordagem no universo dos profissionais de educação física*. Rio de Janeiro: Confef, 2017. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/comunicacao/publicacoes/arquivos/Livro-Direito-Legislacao-Desportiva.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

WAMBIER, Pedro Arruda Alvim. *Direito Desportivo: a interação entre as normas nacionais e internacionais no âmbito da justiça desportiva e da vedação do acesso às cortes ordinárias*. 2016. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46116/78.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 out. 2021.

WRASSE, H.P; DZIELINSKI, D.S. Mediação nos conflitos desportivos. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA*, 17; MOSTRA INTERNACIONAL

DE TRABALHOS CIENTÍFICOS, 13., 2021, Santa Cruz do Sul. *Anais eletrônicos* [...]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/21477/119261324> 9. Acesso em: 09 jun. 2022.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Os atletas profissionais de futebol no direito do trabalho*. São Paulo: LT, 1998.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: RT, 2003.